



PANORAMA FISCAL

**Publicação do Observatório de
Finanças Públicas do Ceará | Office**

Análise das finanças públicas do Ceará no
primeiro quadrimestre de 2019

Francisco Lúcio Mendes Maia
Gerson da Silva Ribeiro
Guilherme Reis Tavares
Hayanna Barbosa Vasconcelos

Ano 5, V. 24
Jul | Ago 2019



EDIÇÕES
FUNDAÇÃO SINTAF

A Série Panorama Fiscal é uma publicação bimestral do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Ofice), um centro de estudos e pesquisas instituído pela Fundação Sintaf e patrocinado pelo Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf) e pela Associação de Aposentados Fazendários do Ceará (AAFEC) que se propõe a analisar de forma científica e independente a situação fiscal do Estado do Ceará e dos municípios cearenses.

Neste intuito, a Panorama Fiscal tem como objetivo principal realizar a análise histórica dos indicadores econômico-financeiros do Estado do Ceará, utilizando diversas fontes disponíveis, comparando os índices analisados com os mesmos indicadores de outras unidades federadas, contribuindo, assim, com a transparência e o controle social.

Análise das finanças públicas do Ceará no primeiro quadrimestre de 2019

Francisco Lúcio Mendes Maia¹
Gerson da Silva Ribeiro
Guilherme Reis Tavares³
Hayanna Barbosa Vasconcelos⁴

¹ Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Auditor Fiscal da Receita Estadual do Ceará. Pesquisador do Office.

² Graduado em Finanças pela Universidade Federal do Ceará e mestrando em Economia pela Universidade Federal do Ceará.

³ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador Júnior do Office.

⁴ Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora Júnior do Office.



Publicação do Observatório de
Finanças Públicas do Ceará | Office

Diretoria Executiva

Yvelise Benzi Sales

Diretora Geral

yvelise.sales@sefaz.gov.br

Jonilma Carvalho Maia

Diretora Administrativo-Financeira

jonilma.maia@sefaz.gov.br

Elvira Rosa Guimarães Palmerio

Diretora Técnico-Científica

elvira.palmerio@sefaz.gov.br

Vera Lúcia Alves Camelo

Diretora de Cidadania, Inclusão Social e Cultura

vera.camelo@sefaz.gov.br

Conselho Curador

José de Sousa Pinheiro

Presidente

Sandro Ney Cassiano Rodrigues

1º Secretário

Saulo Araújo Toscano Júnior

2º Secretário

Fundação Sintaf

Rua Padre Mororó, 952 - Centro

CEP: 60015-220

www.fundacaosintaf.org.br

fundacao@fundacaosintaf.org.br

Fortaleza - Ceará - Brasil

A Série Panorama Fiscal, com idioma oficial a língua portuguesa, é uma publicação oficial bimestral do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Office), instituído pela Fundação Sintaf de Ensino, Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Cultural

Ano 5, V. 24, Jul | Ago 2019

Série Eletrônica disponível em:

fundacaosintaf.org.br/panoramafiscal

Análise das finanças públicas do Ceará no primeiro bimestre de 2019.

Os conceitos e opiniões emitidos nesta Série são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando a opinião das instituições envolvidas.

Responsabilidade Editorial

Edições Fundação Sintaf

Projeto Gráfico e diagramação

MOTE + LoCTab: Locação de Tablets e Desenvolvimento de Ideias

P195 Panorama Fiscal : Publicação do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Office) / Fundação Sintaf. - v. 24 (2019) - . - Fortaleza-CE : Edições Fundação Sintaf, Jul. Ago. 2019.

Bimestral

Série eletrônica disponível em:

<http://fundacaosintaf.org.br/panoramafiscal>

ISSN: 2447-8105.

1. Finanças públicas - Ceará. 2. Administração tributária.
3. Contabilidade pública. 4. Ceará - Indicadores econômicos.

CDU: 35

Análise das finanças públicas do Ceará no primeiro quadrimestre de 2019

Francisco Lúcio Mendes Maia¹
Gerson da Silva Ribeiro
Guilherme Reis Tavares³
Hayanna Barbosa Vasconcelos⁴

¹ Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Auditor Fiscal da Receita Estadual do Ceará. Pesquisador do Ofice.

² Graduado em Finanças pela Universidade Federal do Ceará e mestrando em Economia pela Universidade Federal do Ceará.

³ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador Júnior do Ofice.

⁴ Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora Júnior do Ofice.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. RECEITAS CORRENTES	12
3. DESPESAS CORRENTES	18
4. RECEITAS DE CAPITAL	32
5. DESPESAS DE CAPITAL	37
6. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	41
7. RESULTADOS PRIMÁRIO	41
8. RESULTADO NOMINAL E DÍVIDA PÚBLICA	43
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE I	46
APÊNDICE II	50
APÊNDICE III	53

RESUMO

O ano de 2019 se caracteriza pelo início de mais um ciclo político para a democracia brasileira. O próximo quadriênio apresenta grandes desafios para os gestores públicos, destacando-se a necessidade de colocar o país na trilha do crescimento econômico fiscalmente sustentável, bem como oferecer respostas satisfatórias para os gargalos sociais que existem em todos os estados da União. A situação econômica brasileira ainda não se recuperou da recessão dos anos de 2015 e 2016, apresentando crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 1% nos anos de 2017 e 2018, as previsões para 2019 dão conta de um crescimento ainda menor para o ano vigente. Dessa forma, pode-se constatar que a situação econômica da União é preocupante, inspirando ainda mais cuidados, tendo em vista a instabilidade política que é uma constante no Brasil, bem como a gestão fiscal que pode impactar negativamente o crescimento da economia, haja vista que o Governo Federal atual, está optando pela diretriz do Estado Mínimo que dificilmente traz o crescimento econômico. Diante deste cenário, este artigo discute o resultado das finanças públicas do Ceará para o primeiro quadrimestre de 2019. Por meio de pesquisa de natureza predominantemente quantitativa, com base nos relatórios fiscais publicados pela Secretária da Fazenda, os dados são analisados de forma descritiva e comparada. Verificou-se que a receita corrente líquida do Ceará teve aumento real de 5,49% quando comparada com o primeiro quadrimestre de 2018, enquanto que as despesas correntes se elevaram 1,73%. Em face dos resultados apresentados, bem como do contexto político e econômico que se apresenta, é de salutar relevância que a gestão fiscal dos entes públicos seja tratada como tema de primeira grandeza, buscando sempre a administração eficiente dos recursos e meios para superar os desafios, e manter o equilíbrio fiscal. No caso do Estado do Ceará, deve ser levado em consideração o crescimento da receita própria, e otimizar gastos mas sempre analisando o seu custo-benefício. Isso é fundamental para a ocorrência de ganhos no bem-estar social dos cearenses.

PALAVRAS-CHAVE

Finanças Públicas; Crescimento Econômico; Ajuste Fiscal; Estado do Ceará.

ABSTRACT

The year 2019 is characterized by the beginning of yet another political cycle for Brazilian democracy. The next four years present major challenges for public managers, highlighting the need to put the country on the path of fiscally sustainable economic growth, as well as offer satisfactory answers to the social bottlenecks that exist in all the states of the Union. The Brazilian economic situation has not yet recovered from the recession of 2015 and 2016, with gross domestic product (GDP) growing at around 1% in 2017 and 2018, forecasts for 2019 show even lower growth for the current year. In this way, it can be seen that the economic situation of the Union is worrying, inspiring even more attention, given the political instability that is a constant in Brazil, as well as fiscal management that can negatively impact the growth of the economy, that the current Federal Government is opting for the Minimum State guideline that hardly brings economic growth. Given this scenario, this article discusses the results of Ceará's public finances for the first two months of 2019. Based on the fiscal reports published by the Secretary of Finance, the data are analyzed in a descriptive and comparative way. . It was verified that Ceará's net current revenue had a real increase of 5.49% when compared to the first four months of 2018, while current expenses increased 1.73%. In view of the presented results, as well as the political and economic context it is of salutary importance that the fiscal management of public entities be treated as a matter of first importance, always seeking the efficient administration of resources and means to overcome the challenges and maintain the fiscal balance. In the case of the State of Ceará, one must take into account the growth of own revenue, and optimize expenditures but always analyzing its cost-benefit. This is fundamental for the occurrence of gains in the social well-being of Cearenses.

KEYWORDS

Public Finance; Economic Growth; Fiscal Adjustment; State of Ceará.

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2019 se caracteriza pelo início de mais um ciclo político para a democracia brasileira. O próximo quadriênio apresenta grandes desafios para os gestores públicos, destacando-se a necessidade de colocar o país na trilha do crescimento econômico fiscalmente sustentável, bem como oferecer respostas satisfatórias para os gargalos sociais que existem em todos os estados da União, haja vista que o Governo Federal atual, está optando pela diretriz do Estado Mínimo que dificilmente traz o crescimento econômico.

Conforme mostra o APÊNDICE I, a situação econômica brasileira ainda não se recuperou da recessão dos anos de 2015 e 2016, apresentando crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 1% nos anos de 2017 e 2018, as previsões para 2019 dão conta de um crescimento ainda menor para o ano vigente.

Em consonância com o resultado do PIB, outro indicador de grande importância socioeconômica que ainda não retornou para o nível anterior à crise é a taxa de desemprego, os últimos dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o primeiro trimestre de 2019, reportam uma taxa de desemprego de 12,70%, o que significa um total de 13,4 milhões de pessoas desempregadas no Brasil.

Dessa forma, pode-se constatar que a situação econômica da União é preocupante, inspirando ainda mais cuidados, tendo em vista a instabilidade política que é uma constante no Brasil, bem como a gestão fiscal que pode impactar negativamente o crescimento da economia.

Observando os resultados das unidades federativas, o resultado é ainda mais nebuloso, haja vista que existem 7 estados que já decretaram calamidade financeira.

Observar-se que a principal fonte de receita estadual, o Imposto sobre O Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), está diretamente ligado à atividade econômica. Assim, um cenário de baixo crescimento do PIB provavelmente compromete a principal fonte de receita dos estados, contribuindo ainda mais para o enfraquecimento das finanças públicas estaduais.

Conforme apontado pelas edições 20 e 21 da Panorama Fiscal, o estado do Ceará tem conseguido manter suas finanças públicas equilibradas mesmo diante da severa crise enfrentada pela União e governos estaduais.

Muito embora os resultados cearenses sejam positivos, é necessário que os gestores públicos estejam alerta aos resultados financeiros do estado. Norteados suas ações sempre pelo prisma da eficiência, buscando sempre otimizar suas fontes de receita e despesa, sob pena de incorrer no mesmo desequilíbrio fiscal de outros entes da União;

Nesse contexto, este trabalho tem por objetivo oferecer um resumo dos principais indicadores fiscais do estado do Ceará para o primeiro quadrimestre de 2019. Busca-se assim, trazer aos variados setores da sociedade a possibilidade de visualizar com mais clareza o emaranhado de números e termos técnicos que são as contas públicas.

Os dados aqui utilizados têm como fonte primária os relatórios fiscais disponibilizados pelos entes subnacionais, e exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A análise dos dados é realizada de forma descritiva e comparada em relação aos períodos anteriores. Buscando, sempre que possível, observar se os resultados obtidos estão de acordo com as limitações impostas pelos dispositivos legais que balizam a tomada de decisão dos gestores públicos.

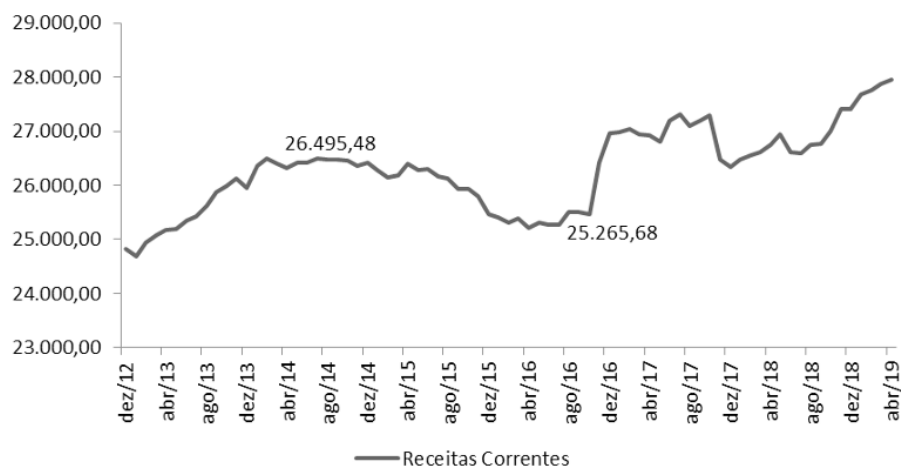
No intuito de cumprir o já citado objetivo, o presente trabalho está dividido em nove seções, além desta introdução. A segunda e terceira seção inspeciona as receitas correntes e despesas correntes. As duas seções posteriores avaliam as receitas de capital e posteriormente as despesas de capital. A sexta seção apresenta o resultado do Balanço Orçamentário. As duas seções discutem os resultados primário e nominal, bem como as variações na dívida pública. E por último as considerações finais.

2. RECEITAS CORRENTES

Sendo elementos base para a execução dos planejamentos estratégicos e operacionais da administração e para a manutenção da máquina pública, as receitas correntes são classificadas como tributárias, patrimoniais, de agropecuária, industriais, de serviços e das transferências correntes.

O gráfico a seguir mostra a trajetória das receitas correntes no acumulado de 12 meses, a começar de janeiro de 2012 até abril de 2019 e seus 11 meses anteriores.

Gráfico 1 – Receitas Correntes acumuladas em 12 meses – jan/12 a dez/12 até mai/18 a abr/19 (valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2019)

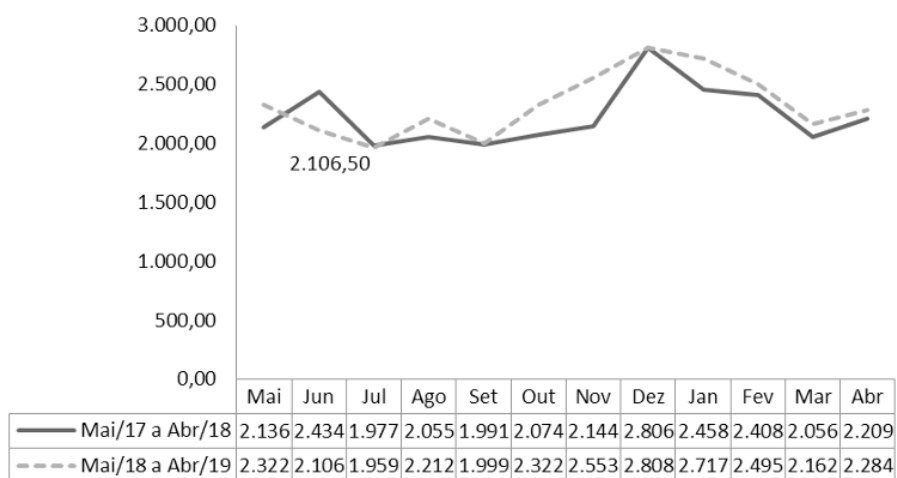


Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Pela análise gráfica, observa-se que a série inicia em 2012 com tendência crescente. A partir do final do ano 2014 é possível perceber que há retrações na arrecadação das receitas correntes, e por volta do ano de 2016, começa a retomada de crescimento, atingindo R\$ 27,95 bilhões, em termos reais, no acumulado dos últimos 12 meses até abril de 2019.

O gráfico a seguir mostra o comparativo das Receitas correntes no acumulado dos últimos doze meses.

Gráfico 2 – Receita Corrente do Estado do Ceará – mai/17 a abr/18 vs. mai/18 a abr/19 (valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2019)



Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Analisando o gráfico, é possível perceber que o período mais recente, últimos 12 meses até abril de 2019, somente os meses de junho e julho apresentaram arrecadação menor que o mesmo período do ano anterior. O total acumulado de 12 meses foi 4,46% superior ao acumulado do período maio de 2017 a abril de 2018.

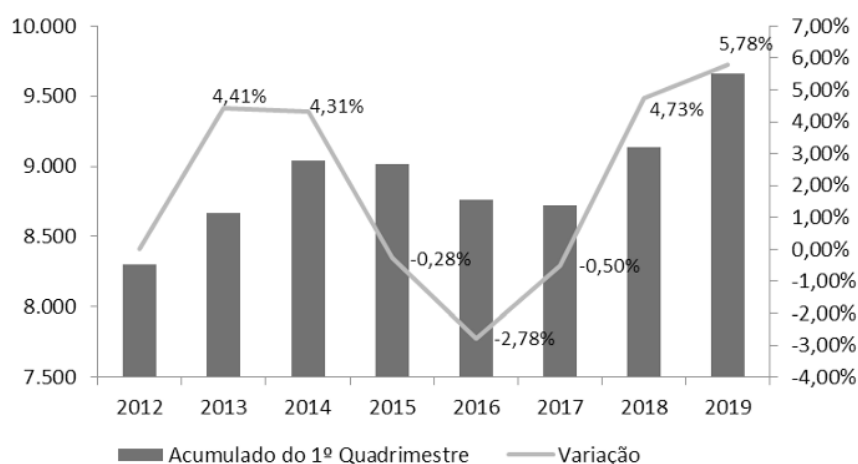
Considerando o segundo bimestre de 2019, as receitas correntes somaram R\$ 4,45 bilhões, enquanto que no segundo bimestre de 2018 apresentou R\$ 4,27 bilhões, demonstrando um aumento real de 4,25%.

A variação do resultado das receitas correntes no primeiro quadrimestre entre os anos 2018 e 2019 atingiu 5,78%, dado que, nesse ano foi alcançado R\$ 9,66 bilhões contra R\$ 9,13 bilhões, em termos reais, no ano 2018.

O próximo gráfico demonstra as receitas correntes no acumulado dos quatro primeiros meses do período 2012 a 2019 que têm seus valores referenciados no eixo esquerdo, e, ainda, a variação a cada ano com percentuais referenciados no eixo direito.

Gráfico 3 – Receitas Correntes – 1º quadrimestre do ano – 2012 a 2019

(Eixo esquerdo em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de abril de 2019; eixo direito em percentual (%)).

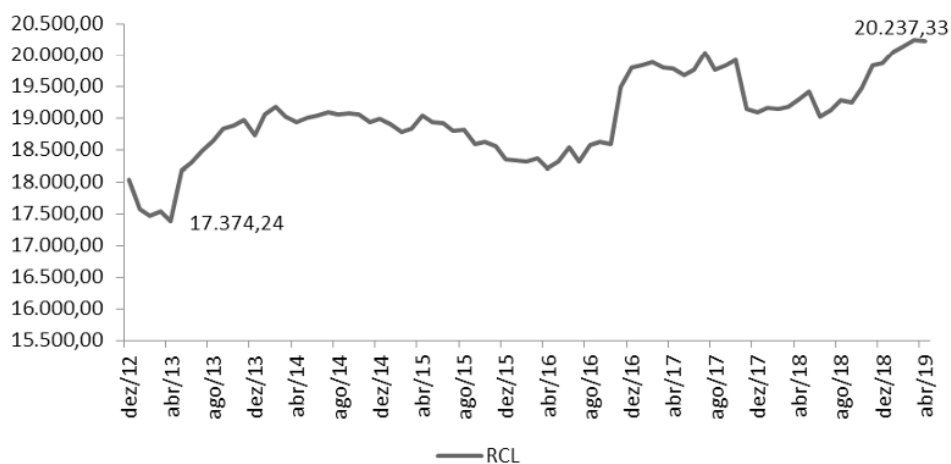


Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

De acordo com o gráfico, é possível verificar que existem três períodos, sendo o primeiro entre 2012-2014 de tendência crescente, o segundo 2015-2017 com retrações, e em consequência, variações negativas, e o último 2018-2019 as receitas correntes retornam a aumentar. Pode-se destacar, ainda, que o menor e maior valor de receitas correntes acumulado no primeiro quadrimestre nos anos do período considerado se deu em 2012 com o montante de R\$ 8,30 bilhões e em 2019 com resultado de R\$ 9,66 bilhões.

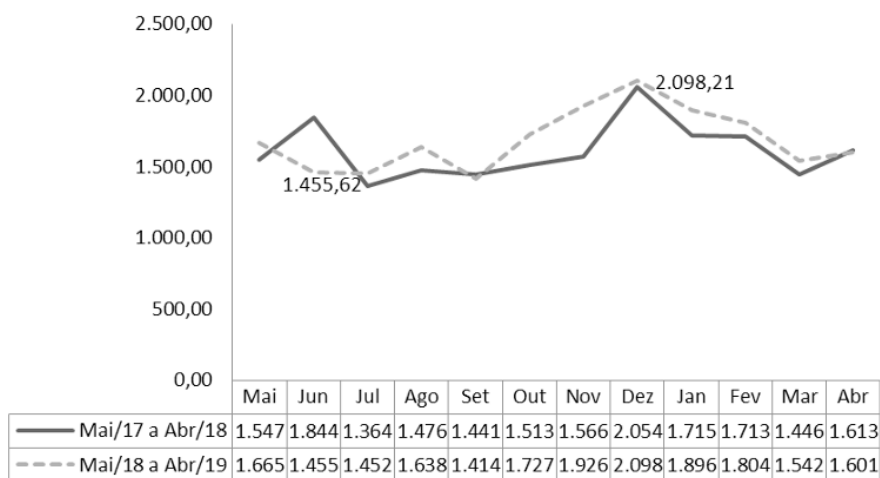
A Receita corrente líquida corresponde às receitas correntes recebidas nos últimos 12 meses, deduzidas as transferências constitucionais e algumas contribuições. A seguir serão apresentados dois gráficos que demonstram a trajetória temporal da RCL. O primeiro demonstra o comportamento no acumulado de 12 meses do primeiro bimestre de 2012 ao segundo bimestre de 2019 e o segundo, nos meses de apuração abril de 2018 e de 2019, e seus respectivos 11 meses anteriores.

Gráfico 4 – Receita Corrente Líquida acumulada em 12 meses – jan/12 a dez/12 até mai/18 a abr/19 (valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2019)



Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Gráfico 5 – Receita Corrente Líquida – maio/2017 a abr/2018 vs. mai/18 a abr/19 (valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2019)



Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

O gráfico 4 demonstra que a RCL no período analisado tem comportamento semelhante à trajetória das receitas correntes, mas obteve a máxima arrecadação no acumulado de doze meses até abril de 2019.

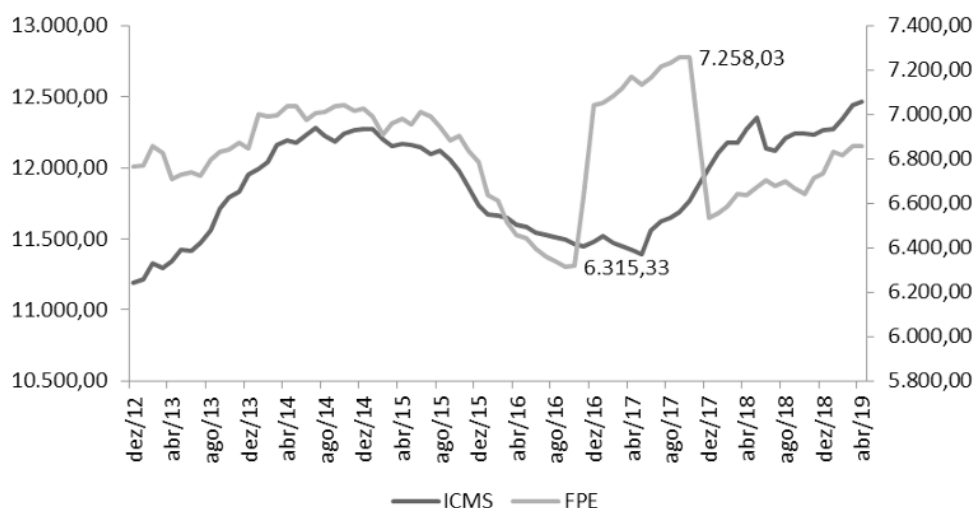
Já no gráfico 5, três dos doze meses do período maio de 2017 a abril de 2018 apresentaram maiores arrecadações que o período mais recente. Apesar disso, o período até abril de 2019, somou R\$ 20,22 bilhões, enquanto que no período passado acumulou R\$ 19,29 bilhões, representando variação real de 4,80%.

A análise do segundo bimestre e do primeiro quadrimestre de 2019, em relação aos mesmos períodos do ano de 2018, constata que houve acréscimo de RCL em 2,75% e 5,49%, respectivamente. O acumulado dos quatro primeiros meses atingiu uma receita corrente líquida de R\$ 6,84 bilhões, a valores correntes.

Dentro da perspectiva da proveniência das Receitas Correntes, o Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) e o Fundo de Participação dos Estados (FPE) são os principais componentes em relação à parcela dos recolhimentos. No primeiro quadrimestre de 2019, o ICMS representou 60,89% das Receitas Correntes Líquidas e o FPE 37,37%.

O gráfico a seguir demonstra o comportamento de ambos no acumulado de 12 meses desde janeiro de 2012 até o primeiro quadrimestre de 2019. Os valores do eixo esquerdo correspondem à análise do ICMS e do eixo direito ao FPE.

Gráfico 6 – ICMS e FPE acumulados em 12 meses – jan/12 a dez/12 até mai/18 a abr/19 (valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2019)



Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Dentre os componentes apresentados, considerando a série analisada, o ICMS obteve menor arrecadação no acumulado do ano 2012 e maior no período até abril de 2019 no valor de R\$ 12,46 bilhões, a preços constantes. Já o FPE, teve menor arrecadação no acumulado até setembro de 2016 com montante de R\$ 6,31 bilhões, seguido de consideráveis acréscimos atingindo o maior resultado em setembro de 2017 no valor de R\$ 7,25 bilhões, em termos reais.

De acordo com a abordagem das variações dos elementos de receita apresentados e o comparativo do segundo bimestre de 2019 com o segundo bimestre de 2018, verifica-se que o ICMS somou uma arrecadação de R\$ 2 bilhões, o que caracteriza um crescimento de 6,17%, em valores reais e o FPE apresentou arrecadação de R\$ 1,11 bilhão no segundo bimestre de 2019, variando positivamente 3,77%. No acumulado do quadrimestre para ambos os componentes averiguados, a variação positiva fica em 5,06% e 5,03% para ICMS e FPE, respectivamente, quando comparado ao mesmo período do ano de 2018.

A seguir são apresentadas duas tabelas que demonstram a síntese do comportamento das Receitas Correntes no segundo bimestre e no primeiro quadrimestre de 2019.

Tabela 1 – Síntese das Receitas Correntes – 2º bimestre de 2018 vs. 2º bimestre de 2019 (valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2019)

Descrição	Segundo bimestre do ano		
	2º bimestre de 2018	2º bimestre de 2019	Δ%
Receita Corrente	4.266,17	4.447,33	4,25%
RCL	3.060,47	3.144,56	2,75%
ICMS	1.887,67	2.004,09	6,17%
FPE	1.067,66	1.107,88	3,77%

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Tabela 2 – Síntese das Receitas Correntes – 1º quadrimestre de 2018 vs. 1º quadrimestre de 2019 (valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2019)

Descrição	Primeiro quadrimestre do ano		
	1º quadrimestre de 2018	1º quadrimestre de 2019	Δ%
Receita Corrente	9.132,45	9.660,38	5,78%
RCL	6.489,91	6.845,91	5,49%
ICMS	3.966,77	4.167,60	5,06%
FPE	2.436,24	2.558,90	5,03%

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Em síntese, verificando a tabela 1, como já havia sido comentando, o ICMS cresceu 6,17% no segundo bimestre de 2019, representando o maior percentual de crescimento. Na tabela 2, quando se trata do quadrimestre, a Receita Corrente foi a que mais se elevou, com percentual de 5,78%.

3. DESPESAS CORRENTES

As Despesas Correntes são as saídas de recursos que desempenham o custeio da manutenção das atividades públicas e são classificadas como despesas com pessoal e encargos sociais; juros e encargos da dívida e outras despesas correntes.

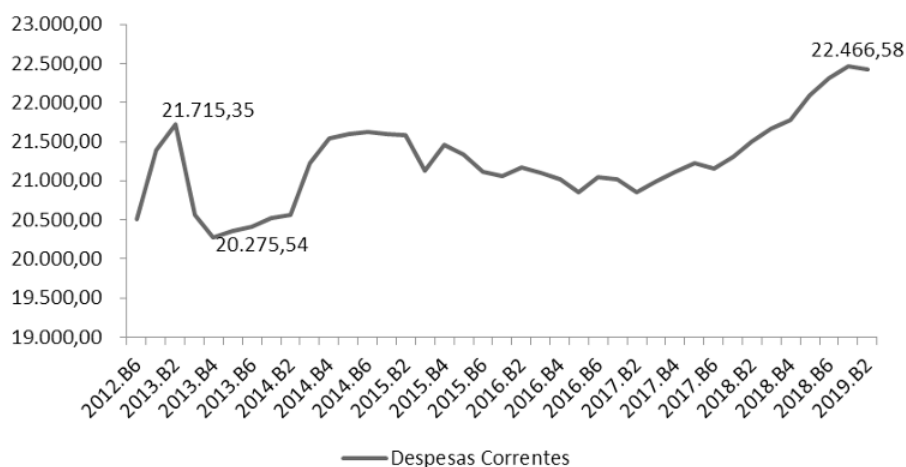
O cenário da composição das despesas correntes do primeiro quadrimestre de 2019 e as suas respectivas representatividades demonstrou que as despesas com pessoal e encargos representaram 52,98% das despesas correntes do estado, enquanto outras despesas correntes expressam 43,78% e os juros e encargos da dívida compõem 3,24%.

Tendo em vista a necessidade de a gestão pública buscar o equilíbrio entre os fluxos de receitas e despesas, é importante que também se analise o comportamento das despesas correntes, bem como de seus principais componentes. Além disso, existe a crescente preocupação social sobre o modo como os recursos públicos têm sido aplicados.

O gráfico 7 mostra a trajetória das despesas correntes no acumulado de 6 bimestres, a começar do primeiro de 2012 até o segundo de 2019 e seus 5 bimestres anteriores.

Gráfico 7 – Despesas Correntes acumuladas em seis bimestres – 1º bim. de 2012 ao 6º bim. de 2012 até 3º bim. de 2018 ao 2º bim. de 2019

(valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2019)

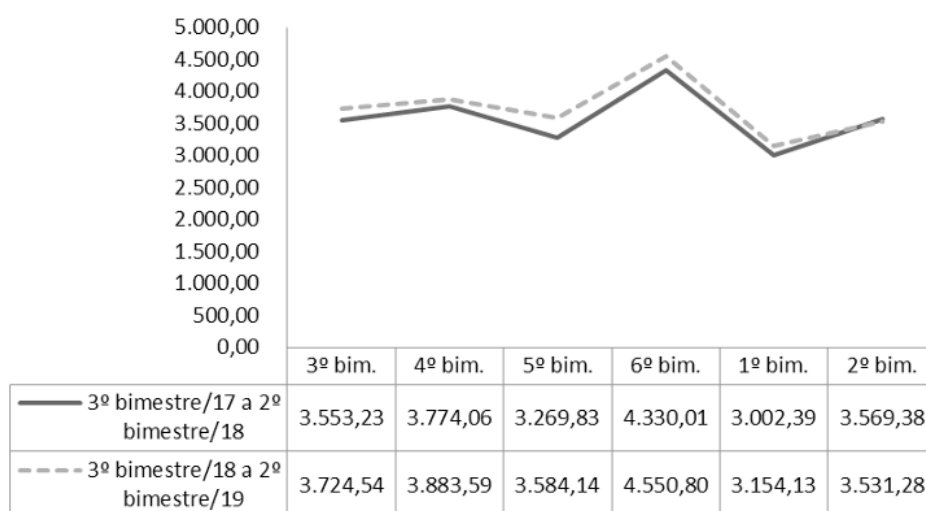


Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE

A despeito do desempenho das Despesas Correntes no acumulado desde o primeiro bimestre de 2012, o gráfico demonstra o início de uma trajetória de crescimento, em que se chegou ao acumulado de R\$ 21,71 bilhões. Em seguida, apresenta queda, chegando ao valor de R\$ 20,28 bilhões no acumulado até o quarto bimestre de 2013. Posteriormente, há tendência de aumento, atingindo o valor de R\$ 22,47 bilhões, em termos reais, no acumulado de despesas correntes até o primeiro quadrimestre de 2019.

Gráfico 8 – Despesas Correntes do Estado do Ceará – 3º bimestre/2017 a 2º bimestre/2018 vs. 3º bimestre/2018 a 2º bimestre/2019

(valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2019)



Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

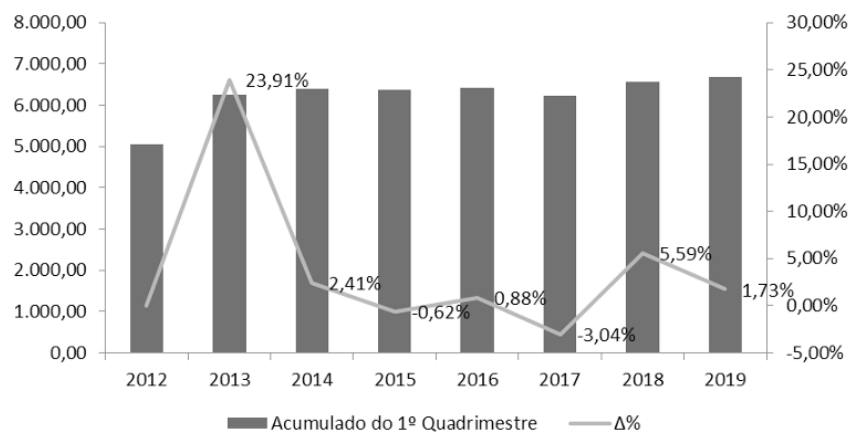
O gráfico acima mostra que os dois períodos considerados demonstraram trajetórias semelhantes, porém o período atual, no acumulado de seis bimestres, apresentou resultado superior em 4,32%. Em valores, o acumulado dos seis bimestres até abril de 2019 ficou na ordem de R\$ 22,42 bilhões ante um resultado de R\$ 21,49 bilhões no período anterior.

Acerca do primeiro quadrimestre do ano, o montante foi de R\$ 6,69 bilhões, um aumento real de 1,73% em relação ao primeiro quadrimestre de 2018. Já considerando o resultado somente do segundo bimestre do presente exercício, as despesas correntes foram reduzidas em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação real foi negativa em 1,07%.

Assim como foi analisado para as receitas correntes, o gráfico a seguir demonstra as despesas correntes no acumulado do primeiro quadrimestre dos anos 2012 a 2019 que têm seus valores referenciados no eixo esquerdo, e, ainda, a variação a cada ano com percentuais referenciados no eixo direito.

Gráfico 9 – Despesas Correntes – 1º quadrimestre do ano – 2012 a 2019

(Eixo esquerdo em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de abril de 2019;
eixo direito em percentual (%)).



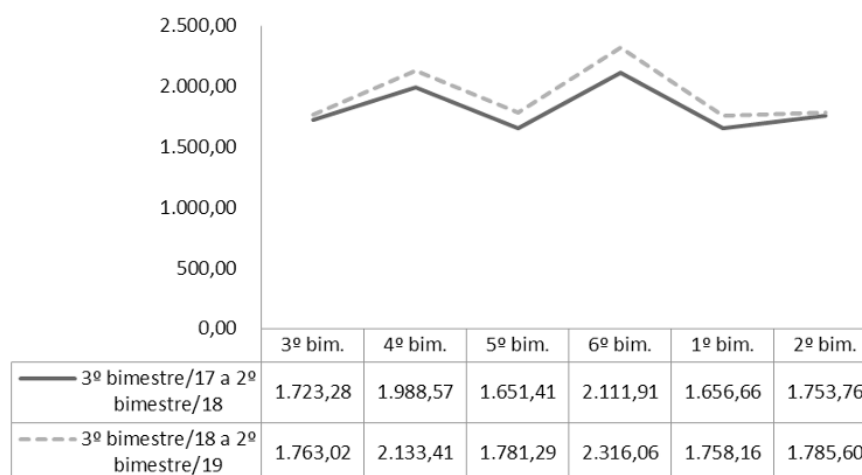
Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Analisando as variações de despesas correntes entre os primeiros quadrimestres dos anos considerados, o ano de 2013 apresentou maior percentual de crescimento, saindo do total de R\$ 5,04 bilhões em 2012 para R\$ 6,25 bilhões, em termos reais. Os demais anos tiveram resultados próximos com média de R\$ 6,41 bilhões, a preços constantes.

O gráfico abaixo mostra uma análise dos gastos com pessoal, componente das Despesas Correntes, no acumulado de doze meses, considerando os valores informados no Balanço Orçamentário.

Gráfico 10 – Despesas com Pessoal e Encargos Sociais – 3º bimestre/2017 a 2º bimestre/2018 vs. 3º bimestre/2018 a 2º bimestre/2019

(valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2019)



Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Verificando o gráfico, é possível perceber que em todos os bimestres os gastos com Pessoal foram maiores no período atual. A elevação pode ser confirmada diante da variação real positiva de 5,99%, ou seja, em valores absolutos, os gastos foram de R\$ 11,54 bilhões no período recente contra R\$ 10,89 bilhões para o período anterior.

No que diz respeito ao segundo bimestre, para o ano atual, houve crescimento real de 1,82% em relação ao segundo bimestre do antecedente ano. O quadrimestre também apresentou variação positiva, sendo de 3,91%, dado que o resultado dos quatro primeiros meses de 2019 foi de R\$ 3,54 bilhões, enquanto que estes gastos em 2018 foram de R\$ 3,41 bilhões, em termos reais.

Ainda sobre as despesas com pessoal, é salutar observar que as mesmas devem obedecer aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em específico, no Ceará, todos os poderes, tomados em conjunto, não podem gastar com esse tipo de despesa valor superior a 60% da Receita Corrente Líquida (RCL), tendo como 57% o limite prudencial, já o limite de alerta é igual a 54%.

A tabela 3 informa os gastos com pessoal como proporção da RCL, a partir de 2015 até Abril de 2019. Além do percentual de gasto total do Ceará, é possível verificar a contribuição que cada Poder tem para a despesa total com pessoal.

Tabela 3 – Despesa Total com Pessoal – 2015 a abril/2019

(Em % da RCL)

Poderes	Limite Máximo	Limite Prudencia I	Limite de Alerta	2015	2016	2017	2018	Mai/18 - Abril/19
				(a)	(b)	(c)	(d)	
Executivo	49,00%	46,55%	44,10%	45,93%	40,66%	42,42%	42,30%	41,71%
Legislativo	3,00%	2,85%	2,70%	2,48%	2,19%	2,50%	2,55%	2,48%
Judiciário	6,00%	5,70%	5,40%	5,69%	5,22%	5,39%	5,48%	5,40%
Ministério Público	2,00%	1,90%	1,80%	1,90%	1,64%	1,77%	1,72%	1,71%
Total	60,00%	57,00%	54,00%	56,01%	49,71%	52,09%	52,05%	51,30%

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – Sistema de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro (Sinconfi)

A respeito do poder executivo, conforme a tabela demonstra no ano de 2015 o limite de alerta foi excedido quando os gastos chegaram a 45,93% da RCL. Nos demais anos analisados, esse percentual foi respeitado.

Levando em conta a observação das proporções de gastos com pessoal do poder Legislativo, pode-se verificar que em todos os anos da série os percentuais ficaram abaixo de 2,70%, limite de alerta do citado poder.

O Judiciário tem como limite de alerta o percentual de 5,40%. No entanto, o resultado de 2015 foi superior, chegando bem perto do limite prudencial de 5,70%. O cumprimento do limite foi observado para o restante dos períodos.

Para o Ministério Público, o ano de 2015 também apresentou o maior percentual do período analisado, na qual o resultado obtido foi igual ao limite prudencial, de 1,90%. Os gastos com pessoal dos outros anos foram regulares com o que a LRF determina.

Considerando o resultado agregado para o Estado, verifica-se que a proporção dos gastos com pessoal em relação à RCL diminuiu no período analisado em aproximadamente 8,41%. Já para a análise na ótica de pontos percentuais o resultado foi de 4,71%. Além disso, pontua-se que somente em 2015 o limite de alerta foi excedido e que em nenhum momento o limite prudencial foi atingido. Dessa forma, o Ceará tem respeitado todos os limites impostos pela LRF.

A Tabela 4 compara os valores informados no Demonstrativo das Despesas com Pessoal do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) com a RCL, para o primeiro quadrimestre de 2019, e também para o acumulado em 12 meses, considerando valores nominais e reais.

Tabela 4 – Despesa com Pessoal RGF

VALORES NOMINAIS			
	1º Quadrimestre de 2018	1º Quadrimestre de 2019	Δ %
DBP	2.820.080.717,17	3.064.475.316,18	8,67%
DLP	3.325.272.100,20	2.458.602.687,46	-26,06%
RCL	6.166.046.478,53	6.780.778.711,21	9,97%
	Maio/17 a Abril/18	Maio/18 a Abril/19	Δ %
DBP	9.001.289.189,82	10.045.571.328,52	11,60%
DLP	10.430.006.885,78	8.194.488.638,83	-21,43%
RCL	18.139.026.944,38	19.800.927.340,86	9,16%
VALORES REAIS			
	1º Quadrimestre de 2018	1º Quadrimestre de 2019	Δ %
DBP	2.967.455.498,05	3.091.195.037,23	4,17%
DLP	3.499.194.023,23	2.479.734.489,74	-29,13%
RCL	6.489.914.725,91	6.845.909.221,14	5,49%
	Maio/17 a Abril/18	Maio/18 a Abril/19	Δ %
DBP	9.578.337.135,73	10.263.259.928,77	7,15%
DLP	11.097.346.911,66	8.373.090.190,95	-24,55%
RCL	19.298.164.630,53	20.225.181.066,85	4,80%

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – Sistema de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro (Sinconfi)

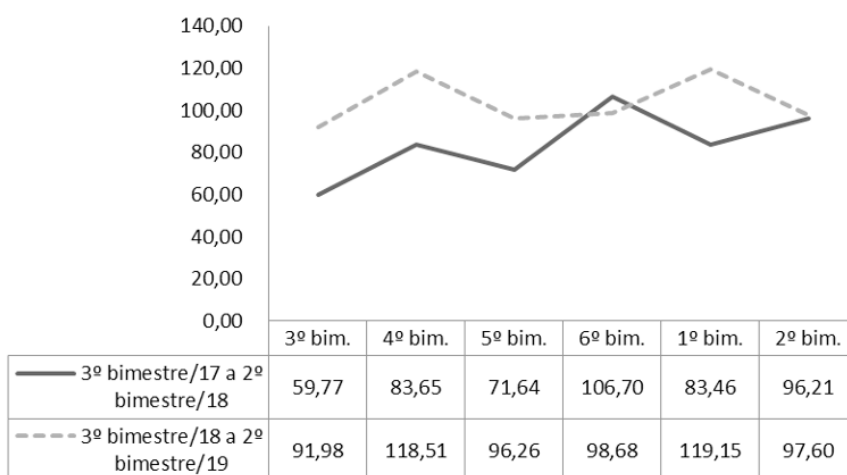
Observa-se inicialmente que em todas as situações apresentadas na Tabela 4 a Despesa Líquida com Pessoal (DLP) apresentou decréscimo significativo sempre acima dos 20%.

Por sua vez, a Despesa Bruta com Pessoal (DBP) variou positivamente, exibindo crescimento maior que o da RCL no acumulado nos últimos 12 meses, e menor no primeiro quadrimestre de 2019.

Além dos gastos com pessoal e encargos sociais, as despesas com juros e encargos da dívida possuem papel relevante no orçamento corrente do Governo. O próximo gráfico serve para análise desse tipo de despesa.

Gráfico 11 – Despesas com Juros e Encargos da Dívida – 3º bimestre/2017 a 2º bimestre/2018 vs. 3º bimestre/2018 a 2º bimestre/2019

(valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2019)



Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

De acordo com o gráfico, é possível perceber que as Despesas com Juros e Encargos da Dívida variam de bimestre para bimestre para ambos os períodos analisados. As Despesas do terceiro bimestre de 2018 até o segundo bimestre de 2019, flutuaram em um patamar mais elevado que do mesmo período anterior, com exceção do sexto bimestre. No que corresponde ao acumulado dos doze meses, este período atual foi maior em 24,08%, saindo de R\$ 501,43 milhões para R\$ 622,18 milhões, em termos reais. A variação também foi bastante considerável no acumulado dos dois primeiros bimestres de 2019, apresentando variação real positiva de 20,64%. Já para o segundo bimestre, os dispêndios foram 1,45% maiores no atual exercício que no anterior.

A seguir são apresentadas duas tabelas que demonstram a síntese do comportamento das Despesas Correntes no segundo bimestre e no primeiro quadrimestre de 2019.

Tabela 5 – Síntese das Despesas Correntes – 2º bimestre de 2018 vs. 2º bimestre de 2019 (valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2019)

Descrição	Segundo bimestre do ano		Δ%
	2º bimestre de 2018	2º bimestre de 2019	
Despesa Corrente	3.569,38	3.531,28	-1,07%
Pessoal e Encargos	1.753,76	1.785,60	1,82%
Juros e Encargos	96,21	97,60	1,45%

Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Tabela 6 – Síntese das Despesas Correntes – 1º quadrimestre de 2018 vs. 1º quadrimestre de 2019 (valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2019)

Descrição	Primeiro quadrimestre do ano		
	1º quadrimestre de 2018	1º quadrimestre de 2019	Δ%
Despesa Corrente	6.571,77	6.685,42	1,73%
Pessoal e Encargos	3.410,41	3.543,76	3,91%
Juros e Encargos	179,67	216,76	20,64%

Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

De modo geral, as tabelas mostram que há um aumento na maioria das despesas apresentadas. Além disso, esse aumento se deu de forma mais expressiva no que diz respeito ao pagamento de juros e encargos da dívida, podendo assim inferir que o governo está comprometido em honrar suas obrigações.

3.1 Gasto Social do Estado

Esta subseção se dedica a observar as despesas de caráter social do Estado, analisando sua composição e evolução ao longo do tempo. Analisam-se ainda alguns indicadores de resultado de áreas selecionadas como educação, saúde e segurança pública. Tal análise busca evidenciar se tem ocorrido melhora ou piora na condição social do estado, tendo em vista o comportamento dos gastos públicos.

Segundo Barroso (2010) pode-se afirmar que “gasto social é aquele voltado, primordialmente, para uma maior equidade das condições básicas de vida da população e feito de forma continuada no tempo”. Classificando, portanto, os gastos de acordo com suas funções, torna-se possível avaliar o Gasto Social do Estado (GSE) como proporção de sua Receita Corrente Líquida (RCL) de maneira a analisar o comprometimento dos gastos públicos em áreas mais voltadas ao bem-estar da população. Além disso, pode-se verificar o tamanho da parcela de cada função como proporção do gasto social total de modo a observar em quais áreas sociais são dispendidos mais recursos públicos.

As funções consideradas para o cálculo do GSE foram: Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento e Desporto e Lazer. O gráfico a seguir mostra a evolução do GSE anual como proporção da Receita Corrente Líquida do Estado do Ceará de 2014 a 2018.

Gráfico 12 – GSE como proporção da RCL 2014 a 2018

(valores em %)



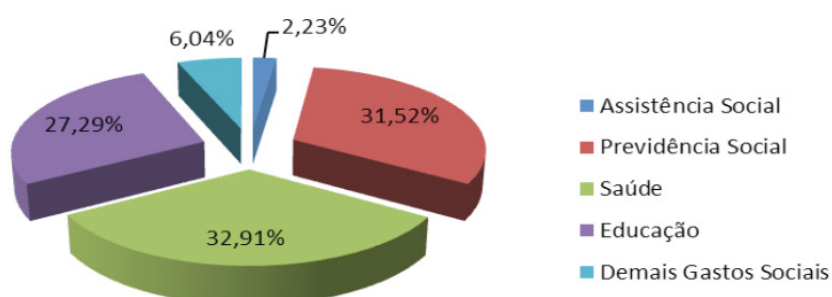
Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida e do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE

Observa-se que, os GSE vêm diminuindo sua participação no total da Receita Corrente Líquida, saindo da proporção de 65,61% em 2014 até 54,79% em 2017. No entanto, apesar de que a RCL tenha crescido 7,91% entre 2017 e 2018, a proporção dos GSE no último ano apresentou melhoria com percentual de 58,61%. No segundo bimestre de 2019, esse percentual foi de 54,72% e para o primeiro quadrimestre, resultado de 43,90%.

Encontrar-se-á a seguir o gráfico que mostra a parcela que cada função representou dentro dos Gastos sociais no segundo bimestre de 2019.

Gráfico 13 – Função como proporção dos GSE totais – 2º bim. de 2019

(valores em %)



Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida e do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE

Diante do gráfico apresentado, destacam-se os gastos com saúde que apresentaram o maior percentual do total do Gasto Social do Estado do Ceará com 32,91% no segundo bimestre de 2019. Em seguida, têm-se as despesas com Previdência Social tomando 31,52% e Educação com 27,29%. Juntas, essas três funções configuram mais de 91% do total de gastos sociais. Por fim, os demais gastos representando 6,04% e as despesas com Assistência Social com 2,23%.

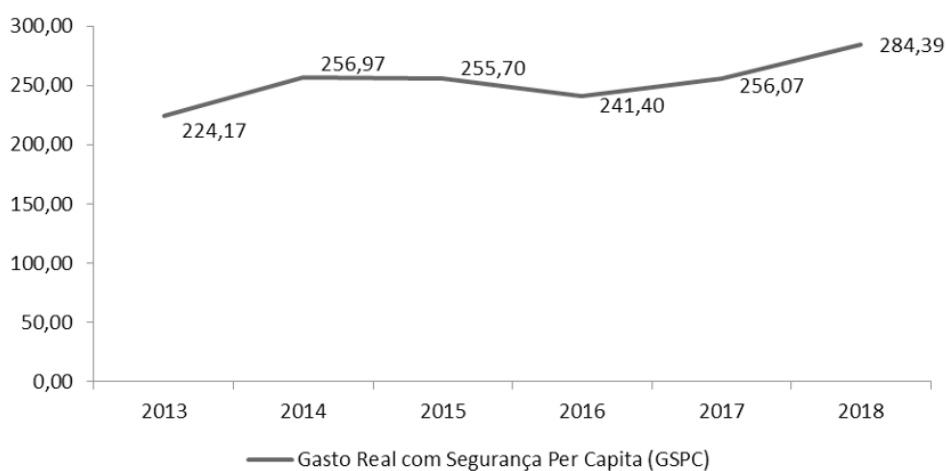
3.1.1 Segurança pública

A Segurança Pública é um dos principais desafios brasileiros, sendo prevista na Constituição de 1988 como responsabilidade e direito de todos e dever dos Estados e Distrito Federal a realização da segurança pública direta. É importante a eficiência da alocação dos recursos para benefícios sociais como redução da criminalidade e adequada segurança pública.

O próximo gráfico mostra o gasto com segurança pública do Estado do Ceará Per capita no período de 2013 a 2018.

Gráfico 14 – Evolução dos Gastos com segurança pública Per capita – 2013 a 2018

(valores atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2019)

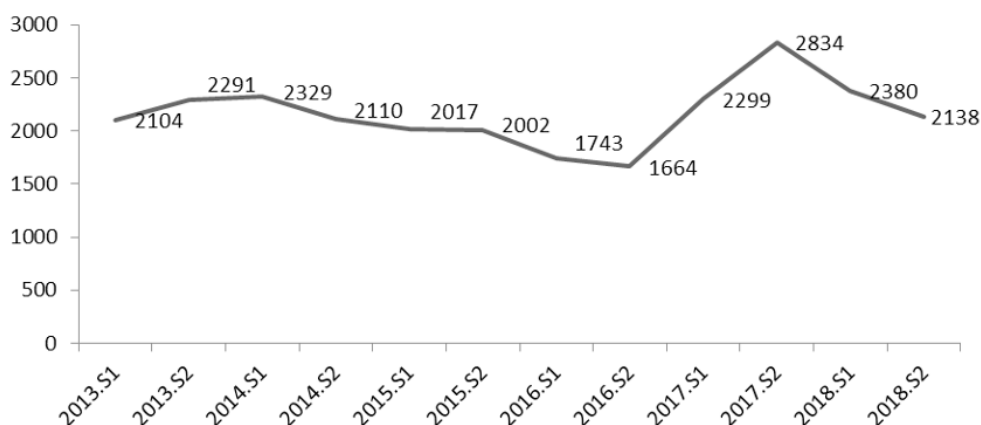


Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Com base no gráfico, observa-se que os gastos com segurança pública per capita no estado do Ceará vêm apresentando tendência crescente e é possível identificar três períodos. No primeiro deles, os anos 2013-2014, houve um crescimento satisfatório, que passou de R\$ 224,17 de gastos com segurança pública por habitante para R\$ 256,97, em termos reais. No segundo período, 2015-2016, houve pequeno decréscimo e, o último período, que compreende os anos 2017-2018, apresentou evolução, atingindo o valor de R\$ 284,39, em termos reais, de gastos com segurança pública per capita no ano de 2018.

O gráfico a seguir demonstra o acompanhamento de um indicador de segurança pública no período de 2013 a 2018, os Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI do Estado do Ceará que são entendidos como a soma de crimes de Homicídio Doloso/Feminicídio, Lesão corporal seguida de morte e Roubo seguido de morte (Latrocínio).

Gráfico 15 – CVLI do Estado do Ceará – 2013 a 2018



Fonte: elaboração própria, com dados dos Indicadores Criminais da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará.

Diante dos dados de CVLI do primeiro semestre de 2013 ao segundo semestre de 2018, observa-se que nos três primeiros semestres da série apresentou crescimento no indicador de criminalidade. A partir do segundo semestre de 2014 iniciou uma trajetória de queda, chegando ao menor quantitativo, 1664 ocorrências, nos últimos seis meses de 2016. O ano de 2017 apresentou um largo crescimento, chegando a registrar o maior número de crimes no seu segundo semestre. Já no ano de 2018, há uma melhora quanto ao indicador de criminalidade.

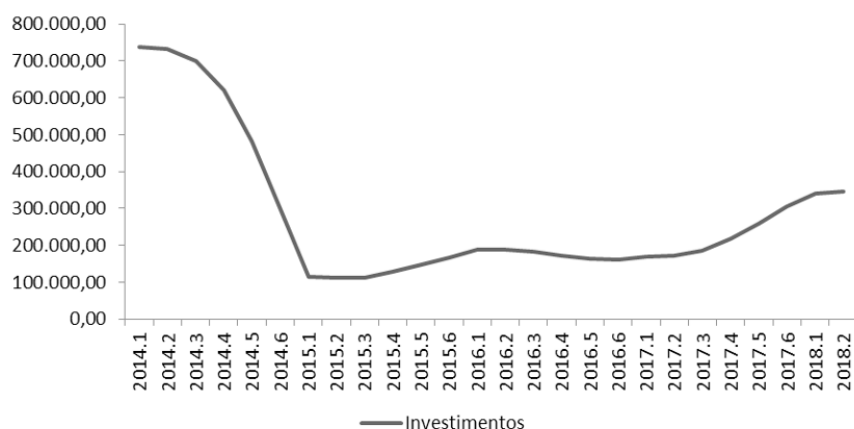
No segundo bimestre de 2019, o número de registros de CVLI foi de 402, representando uma redução de 48,53% quando comparado ao mesmo período de 2018. Já no primeiro quadrimestre do ano atual, somaram-se 758 registros, menor em 53,33% que o primeiro quadrimestre de 2018.

3.1.2 Saúde

A análise dos investimentos pode verificar quanto o estado atribuiu a obras, aquisição de instalações, equipamentos e outros. A quantidade e qualidade de estabelecimentos de saúde, número de leitos, equipamentos que trazem eficazes prevenções, diagnósticos e tratamentos, por exemplo, são de grande importância para a avaliação dos níveis de saúde do Estado.

O gráfico a seguir exibe a trajetória das despesas investimentos do primeiro bimestre de 2014 ao primeiro quadrimestre de 2019.

Gráfico 16 – Investimentos em Saúde – 1º bimestre de 2014 a 1º bimestre de 2019 (valores atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2019)

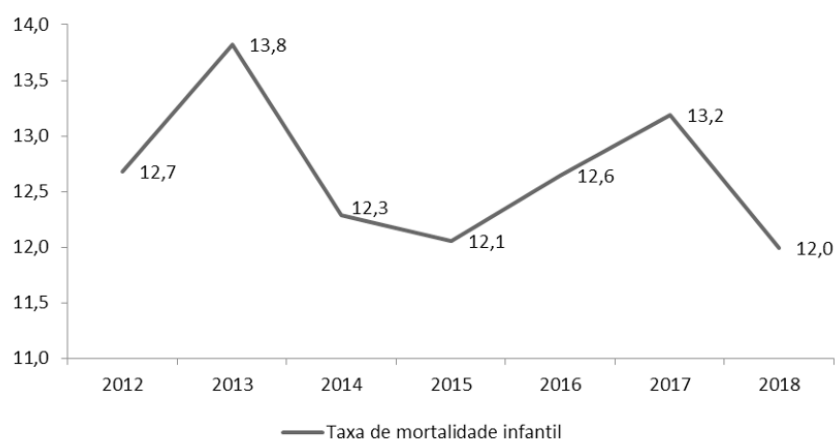


Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo das Receitas e Despesas com ações e serviços públicos de saúde do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE

Verificando o resultado acumulado em 6 bimestres, observa-se que no início da série tem-se um pico de investimentos no valor real de R\$ 736,95 milhões, seguido de considerável queda. Já no decorrer da série, há uma tendência de incrementos de investimentos, sendo no período mais recente, o acumulado de 12 meses, no valor de R\$ 346,04 milhões, em termos reais.

Diante da ótica da relação dos gastos com indicadores de saúde, a taxa de mortalidade infantil contribui na avaliação das condições de saúde da população, pois estima o risco de um nascido vivo morrer durante seu primeiro ano de vida. A seguir são apresentadas as taxas de mortalidade infantil dos anos 2012 a 2018 do estado do Ceará.

Gráfico 17 – Taxa de mortalidade infantil do Estado do Ceará – 2012 a 2018



Fonte: elaboração própria, com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/COVIG-NUIAS

De maneira geral, de acordo com a Rede Interagencial de Informações para a Saúde, todas as taxas apresentadas são classificadas como baixas (menos de 20). Verifica-se que os anos 2013, 2016 e 2017 demonstraram crescimento nas taxas de mortalidade infantil. No último ano, 2018, este indicador reduziu, apresentando percentual de 12%, sendo a menor taxa da série.

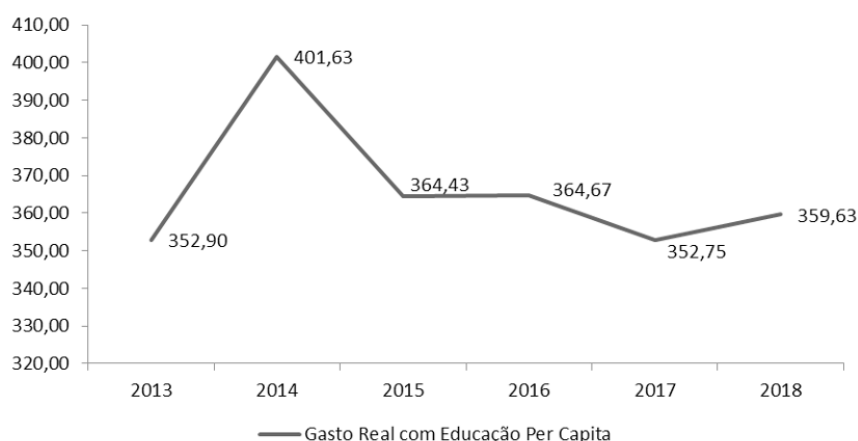
3.1.3 Educação

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal, a educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. A Carta Magna, ainda, estabelece percentuais mínimos de aplicação de recursos no desenvolvimento e manutenção das atividades relacionadas à educação.

A avaliação do resultado dos gastos, bem como de desempenhos e indicadores no âmbito da educação, realiza o acompanhamento dos resultados alcançados pelos recursos aplicados. Portanto, a seguir serão analisados os gastos com educação per capita e três indicadores associados à educação: proficiência média, taxa de distorção-série e média de alunos por turma da rede estadual de ensino no Ceará.

Gráfico 18 – Evolução dos gastos com Educação Per Capita – 2013 a 2018

(valores atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2019)



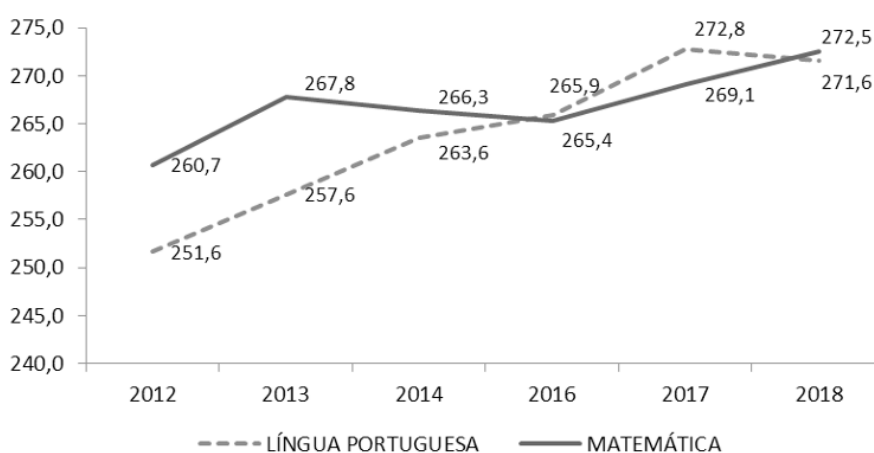
Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/ Subfunção do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Dentre as despesas por função, a educação é uma das principais beneficiárias dos recursos despendidos. Destaca-se no gráfico que o ano de 2014 atingiu um pico de gastos per capita de R\$ 401,63, em termos reais, seguido de larga queda. No decorrer da série há variações, finalizando o ano de 2018 com o valor de R\$ 359,63, em termos reais, de gastos em educação por habitante no estado do Ceará.

Com o objetivo de proporcionar um ensino de qualidade e equilibrado para todos os alunos da rede pública do estado, foi implementado em 1992, pela Secretaria da Educação – SEDUC, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), que avalia as competências e habilidades nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e identifica os níveis de proficiência e evolução dos alunos do Estado.

Por sua vez, será apresentada a seguir a evolução da proficiência média dos alunos do ensino médio da rede estadual de ensino dos anos 2012 a 2018.

Gráfico 19 – Proficiência média da rede estadual de ensino – 2012 a 2018



Fonte: elaboração própria, com dados da Secretaria de Educação do Ceará.

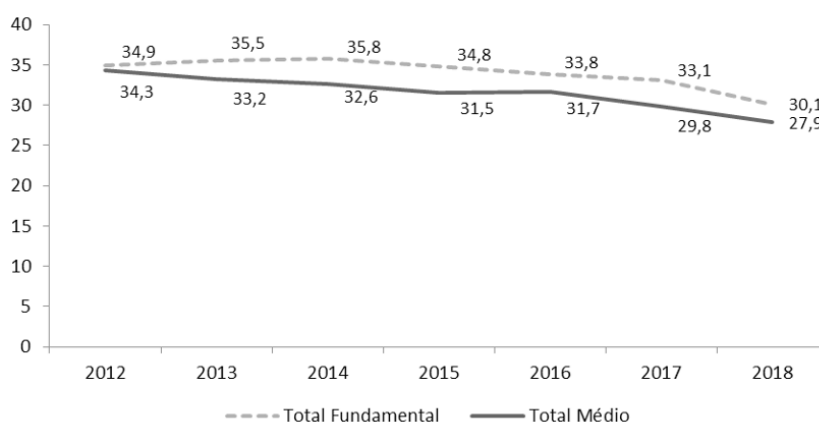
Ao analisar os dados da disciplina de Língua Portuguesa, destaca-se uma trajetória com tendência de crescimento, saindo de uma proficiência média de 251,6 em 2012 para 272,8 em 2017, e, posteriormente, um pequeno decréscimo no ano de 2018.

Em relação à disciplina de matemática, observa-se que também houve melhora ao longo da série e que o seu comportamento dispõe de uma tendência crescente, sendo a maior proficiência média de 272,5 no ano de 2018.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação e foi criado para realizar um conjunto de objetivos referentes ao sistema de educação nacional, como organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais.

Nos seus dados de indicadores educacionais, possui o conteúdo das taxas de distorção idade-série, que considera o aluno que está com atraso escolar em mais de 2 anos e este cálculo é realizado a partir de dados coletados nos Censos Escolares. Esse indicador permite o monitoramento dos sistemas educacionais. Desse modo, o gráfico abaixo exibe a trajetória das taxas de distorção idade-série, nos níveis de ensino fundamental e médio, do estado do Ceará de 2012 a 2018.

Gráfico 20 – Taxa de Distorção Idade-Série – 2012 a 2018

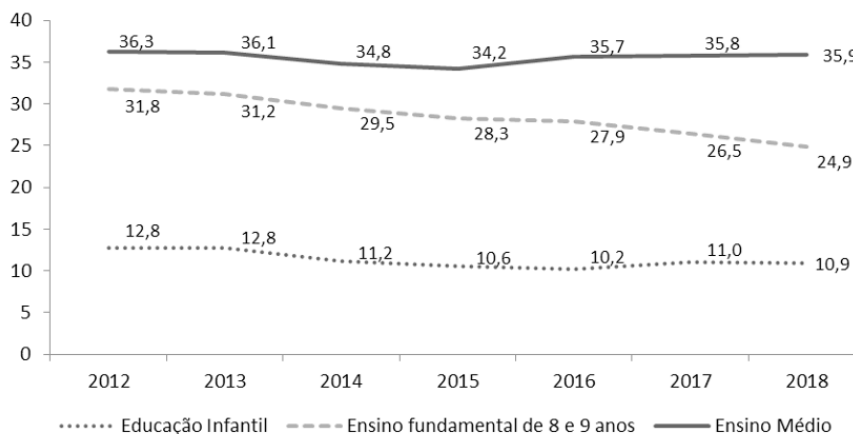


Fonte: elaboração própria, com dados dos indicadores educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Pela análise gráfica, observa-se que os dois níveis de ensino apresentam comportamentos semelhantes, com tendências de queda. Para o ensino fundamental a taxa foi 34,9 no início da série, cresceu levemente nos anos 2013 e 2014 e finalizou o último ano com uma taxa de 30,1. Já para o ensino médio, a trajetória da taxa de distorção idade-série iniciou com 34,3 e aumentou suavemente apenas no ano de 2016, terminando o ano de 2018 com taxa de 27,9, representando melhora no quadro de alunos que estão com a idade adequada para a série do ensino médio em que estuda.

O tamanho das turmas e a proporção de professores por alunos têm relação com o desempenho e a aprendizagem dos estudantes, pois estão associadas ao aproveitamento do ensino. A seguir, serão analisadas as médias de alunos por turma, que são obtidas através da divisão do número de matrículas pelo número de turmas na educação infantil, ensino fundamental de 8º e 9º anos e do ensino médio da rede estadual de ensino nos anos de 2012 a 2018.

Gráfico 21 – Média de alunos por turma – 2012 a 2018



Fonte: elaboração própria, com dados dos indicadores educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

De maneira geral, ao analisar o gráfico 10, é possível perceber que os três níveis de ensino do estado do Ceará tiveram comportamentos de pequenas variações. O ensino fundamental de 8º e 9º anos se manteve em decréscimo e atingiu a mínima entre os anos apresentados, saindo da média de 31,8 alunos por turma em 2012 para 24,9 em 2018.

O desempenho do ensino médio embora tenha demonstrado reduções entre os quatro primeiros anos, em que havia atingido a média de 34,2 alunos por turma em 2015, apresentou crescimento nos anos seguintes, alcançando a média de 35,9 alunos por turma em 2018. A despeito da educação infantil, o ano inicial obteve a média de 12,8 estudantes por sala, seguido de um cenário com trajetória de diminuições e pequena elevação no ano de 2017, finalizando o último ano com a média de 10,9 alunos por turma.

4. RECEITAS DE CAPITAL

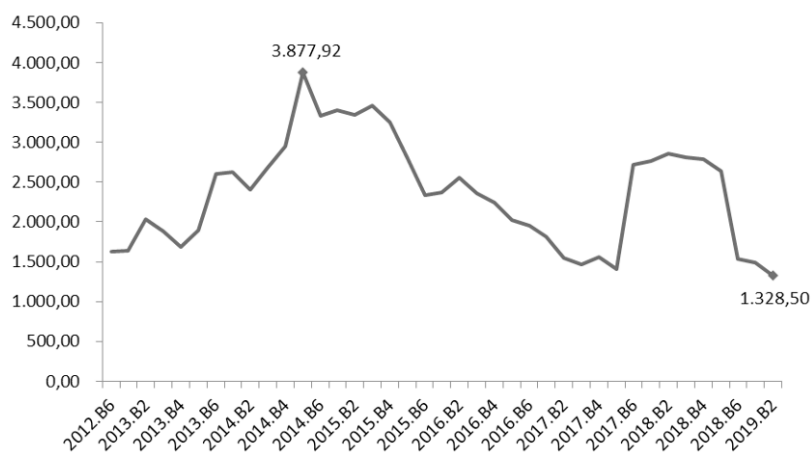
Conforme a 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público do Ministério da Fazenda, as receitas de capital “são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas”. Desse modo, uma análise da arrecadação estadual desse tipo de receita é importante para possuir uma ideia da capacidade de investimento e expansão das ações do estado.

No primeiro quadrimestre de 2019, o montante de receitas de capital obtido pelo Governo do Estado do Ceará alcançou R\$ 100,93 milhões, o que representa uma queda de 67,03%, em valores reais, na comparação com igual período do ano anterior, quando havia sido de R\$ 306,18 milhões. Na comparação entre o segundo bimestre de cada ano, 2019 atingiu R\$ 57,44 milhões, ante R\$ 223,08 milhões em 2018, queda de 74,25%.

O gráfico a seguir apresenta o comportamento das receitas de capital acumuladas em seis bimestres a partir de 2012. O primeiro valor corresponde ao acumulado de 2012, o segundo valor corresponde ao acumulado entre o segundo bimestre de 2012 e o primeiro bimestre de 2013 e assim por diante.

Gráfico 22 – Receitas de Capital acumuladas em seis bimestres – 1º bim. de 2012 ao 6º bim. de 2012 até 3º bim. de 2018 ao 2º bim. de 2019

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de abril de 2019)



Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – Sefaz/CE).

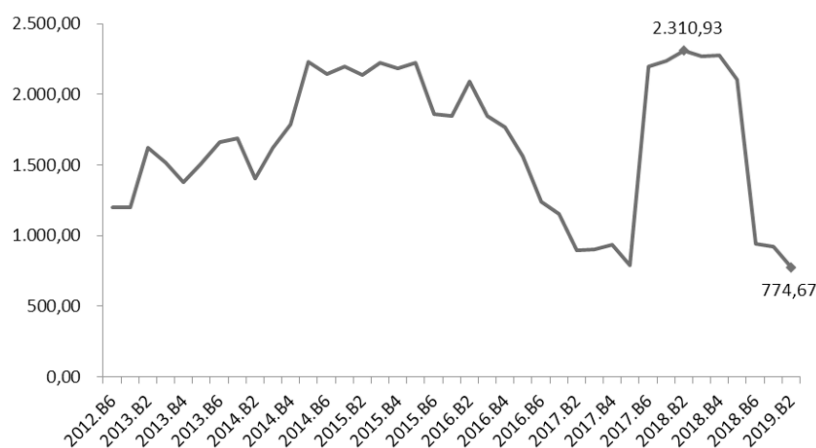
Conforme o gráfico expõe, o maior valor apurado em um intervalo de seis bimestres se deu no acumulado entre o sexto de 2013 e o quinto de 2014. O último valor mostrado pelo gráfico, de R\$ 1,328 bilhão, referente ao acumulado entre o terceiro bimestre de 2018 e o segundo bimestre de 2019, é também o menor valor da série histórica aqui exibida, que na comparação com o intervalo de seis bimestres encerrado no segundo bimestre de 2018, apresentou retração de 53,41% em termos reais.

De modo geral, o componente de maior relevância das receitas de capital são as operações de crédito. Estas, por sua vez, se situaram no patamar de R\$ 56,29 milhões no acumulado do primeiro quadrimestre de 2019. Na comparação com igual período de 2018, tal valor configura uma redução, em termos reais, de 74,59%. Considerando apenas o segundo bimestre do ano, a redução foi ainda maior, passando de R\$ 171,93 milhões em 2018 para R\$ 24,90 milhões em 2019, ou queda de 85,52% a valores constantes.

O gráfico a seguir traz a trajetória das receitas de operações de crédito seguindo a mesma estrutura do gráfico anterior.

Gráfico 23 – Operações de Crédito acumuladas em seis bimestres – 1º bim. de 2012 ao 6º bim. de 2012 até 3º bim. de 2018 a 2º bim. de 2019

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de abril de 2019)

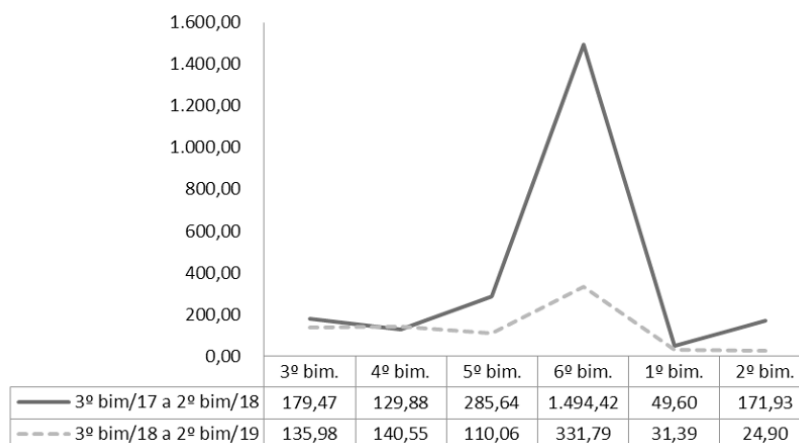


Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – Sefaz/CE).

Observa-se que as operações de crédito exibiram tendência decrescente entre 2016 e 2017, mas em seguida apresentaram forte elevação. O maior valor apurado no intervalo analisado foi de R\$ 2,31 bilhões, referente ao acumulado entre o terceiro bimestre de 2017 e o segundo bimestre de 2018. Já o menor valor registrado, de R\$ 774,67 milhões, se refere exatamente à última janela de tempo considerada, que vai do terceiro bimestre de 2018 ao segundo de 2019. O gráfico a seguir traz uma análise de curto prazo das operações de crédito dos últimos doze bimestres, divididos em dois intervalos de seis bimestres cada.

Gráfico 24 – Operações de Crédito – 3º bimestre de 2017 ao 2º bimestre de 2018 vs. 3º bimestre de 2018 ao 2º bimestre de 2019

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de abril de 2019)



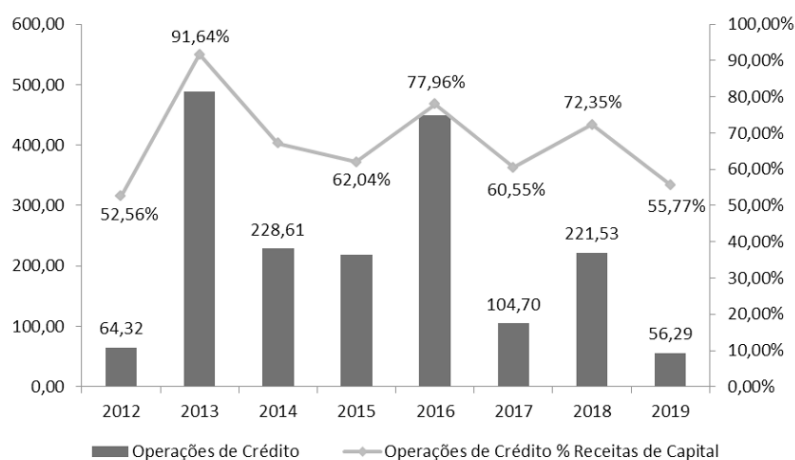
Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – Sefaz/CE).

Conforme mencionado no parágrafo anterior, os dois intervalos de tempo exibidos no gráfico acima se referem ao maior e menor valor registrados para um acumulado em seis bimestres a partir de 2012. No intervalo mais recente, o montante apurado foi de R\$ 774 milhões, enquanto que no anterior foi de R\$ 2,31 bilhões. Tal diferença corresponde a uma queda de 66,48% em valores constantes de abril de 2019. É possível perceber a partir do gráfico que as operações de crédito apresentaram resultado bastante expressivo no sexto bimestre de 2017. Conforme mencionado em edições passadas desta Revista, em novembro de 2017 o Governo do Estado contraiu um empréstimo de R\$ 1,150 bilhão junto ao Banco do Brasil com o objetivo de amortizar a dívida estadual.

O gráfico a seguir mostra o total de receita de operações de crédito no acumulado do primeiro quadrimestre de cada ano, bem como o percentual que tais valores representaram das receitas de capital do período.

Gráfico 25 – Total de operações de crédito e como proporção das receitas de capital – 1º quadrimestre do ano – 2012 a 2019

(Eixo esquerdo em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de abril de 2019; eixo direito em percentual (%)).



Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – Sefaz/CE).

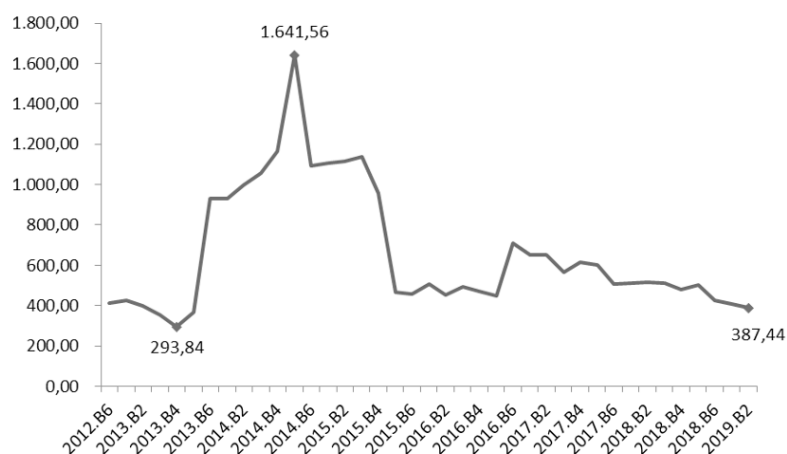
Observa-se que o valor registrado em 2019 foi o menor de todo o período considerado, em valores monetários de abril deste ano, apesar de não o ser como proporção das receitas de capital. O maior volume de receita de operações de crédito no período considerado se deu em 2013, com R\$ 487 milhões registrados no primeiro quadrimestre do ano, correspondendo a 91,64% das receitas de capital.

Outro importante componente das receitas de capital, as transferências de capital no primeiro quadrimestre de 2019 alcançaram o total de R\$ 41,46 milhões, o que representa uma queda de 47,35% na comparação com os R\$ 78,74 milhões de igual período do ano anterior. Considerando apenas o segundo bimestre, a redução foi de 42,58%, saindo de R\$ 51,15 milhões para R\$ 29,37 milhões. O gráfico

a seguir traz as receitas de transferências de capital acumuladas em seis bimestres seguindo a mesma estrutura dos gráficos 19 e 20.

Gráfico 26 – Transferências de Capital acumuladas em seis bimestres – 1º bim. de 2012 ao 6º bim. de 2012 até 3º bim. de 2018 a 2º bim. de 2019

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de abril de 2019)

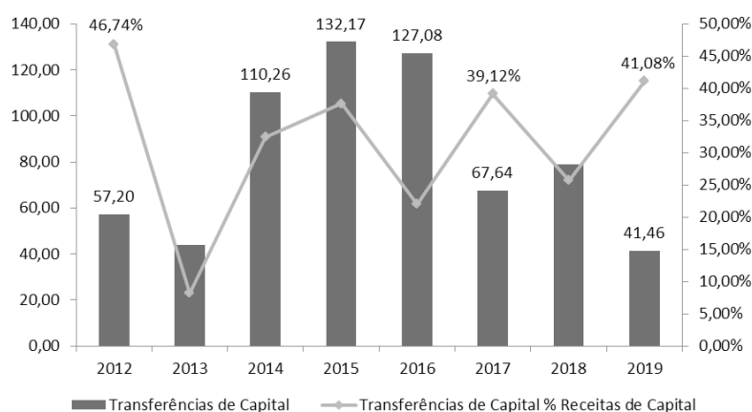


Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – Sefaz/CE).

Percebe-se que no intervalo analisado o valor mínimo foi observado no acumulado do quinto bimestre de 2012 ao quarto de 2013, enquanto que o pico foi registrado entre o sexto bimestre de 2013 ao quinto de 2014. O último valor, de R\$ 387,44 milhões referentes ao intervalo encerrado no segundo bimestre de 2019, é 5,32% menor que o acumulado imediatamente anterior e 25,03% inferior ao apurado do período encerrado no segundo bimestre de 2018.

Gráfico 27 – Total de transferências de capital e como proporção das receitas de capital – 1º quadrimestre do ano – 2012 a 2019

(Eixo esquerdo em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de abril de 2019; eixo direito em percentual (%)).



Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – Sefaz/CE).

Assim como as operações de crédito, a receita de transferências de capital do primeiro quadrimestre de 2019 foi a menor do período analisado. Contudo, como percentual das receitas de capital, foi a segunda maior, atrás apenas do percentual de 2012. O maior valor registrado, em termos monetários, se deu em 2015, com R\$ 132,17 milhões.

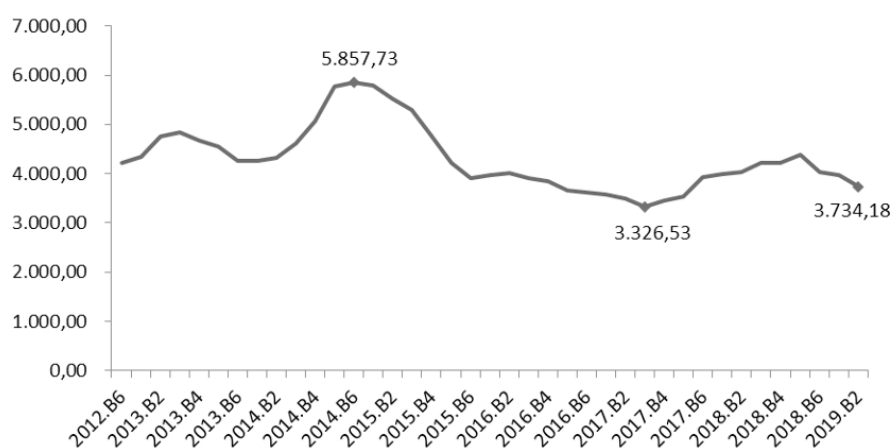
5. DESPESAS DE CAPITAL

Por englobar as despesas com investimento, é de substancial importância analisar as despesas de capital de um ente subnacional como forma de examinar seu empenho e sua capacidade em realizar gastos que possam ampliar a capacidade produtiva do seu respectivo território. Além dos investimentos, as despesas dessa categoria integram ainda os gastos com amortizações da dívida pública e inversões financeiras (essa última não será considerada na presente análise, por representar geralmente quantias de menor relevância).

As despesas de capital do Governo do Estado do Ceará no primeiro quadrimestre de 2019 foram do montante de R\$ 635,57 milhões, ante R\$ 935,65 milhões em igual período do ano anterior. Tal redução representou uma queda de 32,07% em valores reais. Na comparação entre o segundo bimestre de cada ano a queda foi de 39,02%, tendo passado de R\$ 628,16 milhões em 2018 para R\$ 383,07 milhões em 2019. O gráfico a seguir traz o total empenhado em despesas de capital acumulado em seis bimestres.

Gráfico 28 – Despesas de Capital acumuladas em seis bimestres – 1º bim. de 2012 ao 6º bim. de 2012 até 3º bim. de 2018 a 2º bim. de 2019

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de abril de 2019)



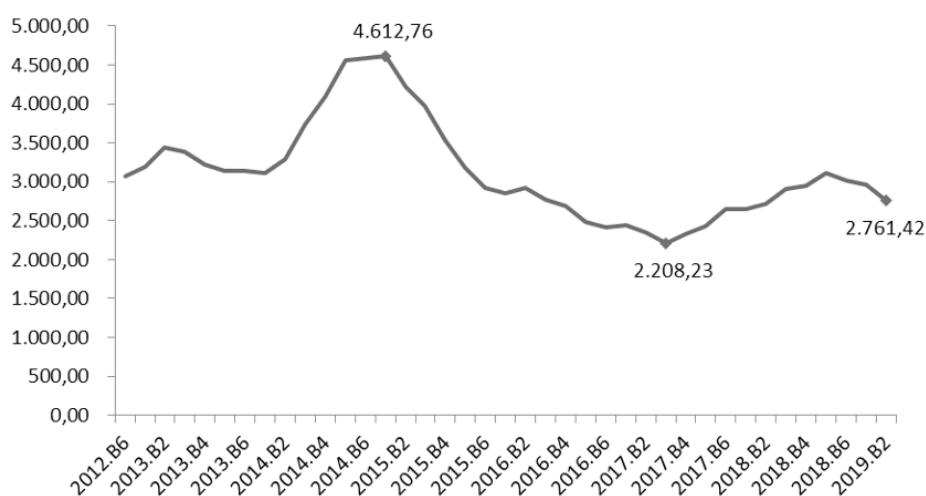
Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – Sefaz/CE).

Após alcançar um pico de R\$ 5,857 bilhões no acumulado do ano de 2014, as despesas de capital passaram a diminuir até alcançar um mínimo de R\$ 3,326 bilhões no acumulado entre o quarto bimestre de 2016 e o terceiro de 2017. O último valor registrado, de R\$ 3,734 bilhões, referente ao intervalo entre o terceiro bimestre de 2018 e o segundo de 2019, é 6,16% menor que o intervalo imediatamente anterior e 7,66% menor que o intervalo encerrado no segundo bimestre de 2018.

Por sua vez, as despesas com investimentos no primeiro quadrimestre de 2019 totalizaram R\$ 287,66 milhões, queda de 47,20% em relação aos R\$ 544,87 milhões do mesmo período de 2018. Comparando apenas o segundo bimestre, o total empenhado R\$ 412,51 milhões em 2018 para R\$ 216,65 milhões em 2019, queda de 47,48%. A seguir mostra-se os gastos com investimentos acumulados em seis bimestres a partir de 2012.

Gráfico 29 – Despesas com Investimentos acumuladas em seis bimestres – 1º bim. de 2012 ao 6º bim. de 2012 até 3º bim. de 2018 a 2º bim. de 2019

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de abril de 2019)



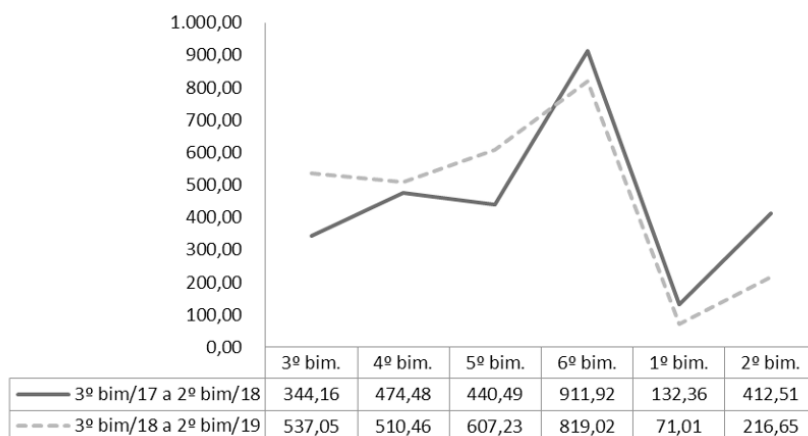
Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – Sefaz/CE).

Os investimentos apresentaram um ponto máximo, no período analisado, de R\$ 4,612 bilhões no acumulado entre o segundo bimestre de 2014 e o primeiro de 2015. A partir daí passaram a diminuir e alcançaram um mínimo de R\$ 2,208 bilhões no intervalo do quarto bimestre de 2016 ao terceiro de 2017. O acumulado em seis bimestres encerrado no segundo bimestre de 2019, após três reduções consecutivas, atingiu R\$ 2,761 bilhões, o que representa uma queda de 6,62%, em termos reais, em relação ao intervalo imediatamente anterior.

Para uma comparação de curto prazo, o gráfico 27 expõe os gastos com investimentos dos últimos doze bimestres divididos ao meio em dois intervalos de seis bimestres cada.

Gráfico 30 – Investimentos – 3º bimestre de 2017 ao 2º bimestre de 2018 vs. 3º bimestre de 2018 ao 2º bimestre de 2019

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de abril de 2019)



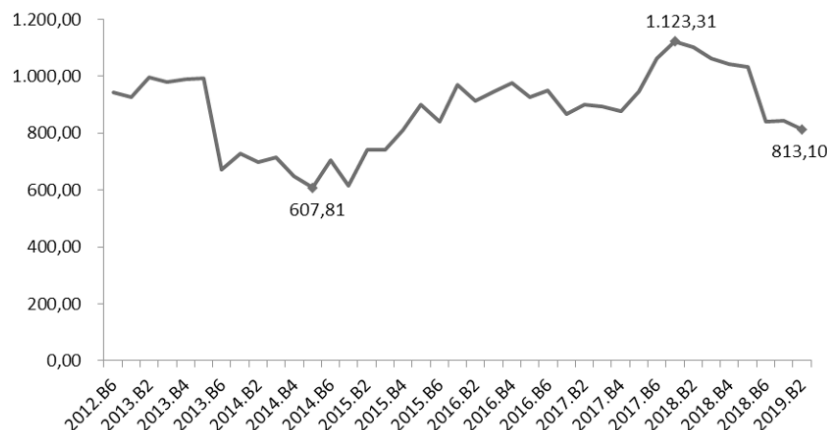
Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – Sefaz/CE).

É possível perceber que ambas as séries apresentam um máximo no sexto bimestre e um mínimo no primeiro bimestre. No agregado do intervalo mais recente, o total de R\$ 2,761 bilhões foi 1,68% maior que os R\$ 2,715 bilhões do período anterior.

Quanto aos gastos com amortização da dívida, estas totalizaram R\$ 300,42 milhões no primeiro quadrimestre de 2019, redução real de 8,14% ante os R\$ 327,04 milhões do primeiro quadrimestre de 2018. Apenas no segundo bimestre, o montante foi de R\$ 142,92 milhões em 2019, ou 18,08% inferior aos R\$ 174,47 milhões de 2018. O gráfico abaixo mostra as despesas com amortização da dívida a partir de 2012 acumuladas em seis bimestres.

Gráfico 31 – Despesas com Amortização da Dívida acumuladas em seis bimestres – 1º bim. de 2012 ao 6º bim. de 2012 até 3º bim. de 2018 a 2º bim. de 2019

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de abril de 2019)



Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – Sefaz/CE).

Observa-se que no período analisado um valor mínimo foi registrado no acumulado entre o sexto bimestre de 2013 e o quinto de 2014, enquanto um máximo foi apurado entre o segundo bimestre de 2017 e o primeiro de 2018. Em relação ao acumulado entre o segundo bimestre de 2019 e os cinco bimestres anteriores a ele, o total de R\$ 813,10 milhões representa uma redução de 3,73% em relação ao intervalo móvel anterior e 26,17% quando comparado com o intervalo encerrado no segundo bimestre de 2018.

Interessante ressaltar que os únicos intervalos que registraram quantias superiores a R\$ 1 bilhão, em valores de abril de 2019, foram aqueles intervalos que contem o sexto bimestre de 2017. De fato, conforme já mencionado, em novembro de 2017 o Governo do Estado do Ceará realizou uma elevada operação de crédito com o objetivo de amortizar a dívida estadual.

A seguir são apresentadas duas tabelas resumindo os principais resultados apresentados até aqui para as receitas e para as despesas de capital.

Tabela 7 – Síntese das Receitas e Despesas de Capital – Segundo Bimestre

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de abril de 2019)

Discriminação	Segundo bimestre do ano		
	2º bimestre de 2018	2º bimestre de 2019	Δ%
Receitas de Capital	223,08	57,44	-74,25%
Operações de Crédito	171,93	24,90	-85,52%
Transferências de Capital	51,15	29,37	-42,58%
Despesas de Capital	628,16	383,07	-39,02%
Investimentos	412,51	216,65	-47,48%
Amortização da Dívida	174,47	142,92	-18,08%

Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – Sefaz/CE).

Tabela 8 – Síntese das Receitas e Despesas de Capital – Acumulado no ano

(Valores em R\$ milhões, atualizados pelo IPCA de abril de 2019)

Discriminação	Acumulado do ano		
	1º Quadrimestre de 2018	1º Quadrimestre de 2019	Δ%
Receitas de Capital	306,18	100,93	-67,03%
Operações de Crédito	221,53	56,29	-74,59%
Transferências de Capital	78,74	41,46	-47,35%
Despesas de Capital	935,65	635,57	-32,07%
Investimentos	544,87	287,66	-47,20%
Amortização da Dívida	327,04	300,42	-8,14%

Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – Sefaz/CE).

Conforme as tabelas mostram, todos os itens apresentaram redução na comparação com o ano anterior. Tais reduções variaram de -8,14% para as despesas com amortização da dívida no comparativo do acumulado no ano, até -85,52% para as operações de crédito no comparativo bimestral.

6. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O orçamento corrente é composto por receitas que serão aplicadas em despesas de manutenção das atividades continuadas do Estado, ou seja, o custeio da administração pública.

O resultado orçamentário corrente acumulado no primeiro quadrimestre de 2019 foi de R\$ 2,19 bilhões, considerando a despesa liquidada, segundo estágio da despesa orçamentária, esta despesa já atingiu o estágio em que o fornecedor já prestou o serviço ou entregou o bem ao Estado.

Considerando a despesa empenhada, primeiro estágio, da despesa, aquele em que somente o orçamento foi comprometido, o resultado orçamentário foi de R\$ 1,74 bilhão. Em ambos os casos o resultado foi superavitário, significando dizer que este *superávit* poderá ser aplicado em despesas de capital, ou seja, em despesas de investimentos.

O orçamento de capital é composto por receitas que serão aplicadas em despesas de investimento do Estado, como obras, aquisição de veículos, máquinas e equipamentos dentre outros investimentos.

No período analisado, o resultado orçamentário de capital, receita menos despesa, foi deficitário no valor de R\$ 483,17 milhões, considerando a despesa liquidada. Tomando por base a despesa empenhada o resultado também foi deficitário em R\$ 532,09 milhões.

O resultado geral, somatório entre receitas e despesas correntes e de capital, foi superavitário em R\$ 1,71 bilhão na despesa liquidada, e em R\$ 1,21 bilhão na despesa empenhada.

7. RESULTADO PRIMÁRIO

Sabe-se que os recursos financeiros à disposição dos agentes econômicos, inclusive entes governamentais, são limitados. Partindo desse pressuposto, compete aos gestores públicos tornar o nível de gastos orçamentários condizente com sua arrecadação.

Desta interação entre despesas e receitas advém o conceito de resultado primário, que é definido como a diferença entre as receitas e despesas do Governo,

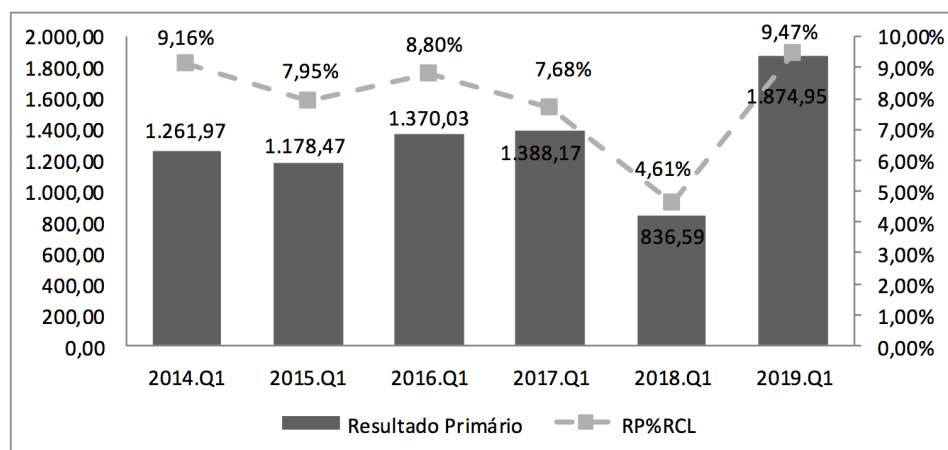
excetuando-se as receitas e despesas oriundas de serviços financeiros. Tal conceito se reveste de grande importância, tendo em vista ser um indicador da saúde financeira dos entes públicos. Apurar a diferença em questão permite analisar quanto o setor público depende de terceiros para custear suas despesas, sendo, assim, um indicador de autossuficiência do ente público.

No estado do Ceará, de maneira não usual, mas por permissão das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no cálculo do resultado primário são excluídas as despesas com investimentos em infraestrutura e o superávit primário do exercício anterior.

O resultado oficial para o primeiro quadrimestre de 2019, considerando o critério acima da linha e despesas pagas, exibe um superávit primário de R\$ 1,87 bilhão. Ao desconsiderarmos as exclusões permitidas pela LDO, um total de R\$ 169,07 milhões referente a programas de infraestrutura, o resultado primário no primeiro quadrimestre de 2019 foi superavitário em R\$ 1,70 bilhão.

O gráfico a seguir oferece uma comparação do resultado primário no primeiro quadrimestre para o período entre 2014 e 2019, informando o montante nominal obtido para o referido indicador, bem como o quanto o mesmo representou da RCL em cada ano.

Gráfico 32 – Resultado Primário do Estado do Ceará no primeiro quadrimestre – 2014 a 2019 (eixo esquerdo em R\$ milhões, eixo direito em percentual (%)).



Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida e do Demonstrativo do Resultado Primário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Pontua-se, o crescimento do resultado primário em relação ao mesmo período do ano anterior, uma variação positiva de 124, 11%. Tal desempenho torna o resultado primário obtido no primeiro quadrimestre de 2019 o maior desde 2014, tanto em termos monetários, como em proporção da RCL.

8. RESULTADO NOMINAL E DÍVIDA PÚBLICA

O resultado nominal no primeiro quadrimestre do ano corrente, apurado pelo critério abaixo da linha, é de R\$ 1,42 bilhão. Tal valor é obtido pela diferença entre a DCL acumulada até dezembro de 2018 e a registrada ao final de abril de 2019. O sinal positivo do resultado obtido revela que no primeiro quadrimestre de 2019 ocorreu uma redução nominal no estoque da DCL no montante supracitado.

A tabela a seguir apresenta o desempenho da dívida pública e do ativo disponível em valores oficiais do Estado no primeiro quadrimestre entre os anos de 2012 e 2019. Os dados são apresentados em valores correntes, mas também como proporção da RCL acumulada nos 12 meses anteriores, o que nos permite ter uma visão da participação da dívida pública e do seu serviço nas receitas efetivamente disponíveis estado.

Tabela 9 – Dívida Consolidada e Ativo Disponível do Ceará – 1º Qua. 2012 a 2019

(Valores nominais)

Período	DÍVIDA CONSOLIDADA	ATIVO DISPONÍVEL LÍQUIDO		DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	
	(em R\$ milhões)	(em R\$ milhões)	(em % da RCL)	(em R\$ milhões)	(em % da RCL)
2012.Q1	5.182,03	2.718,91	22,90%	2.463,13	20,75%
2013.Q1	5.942,46	3.122,18	26,11%	2.820,28	23,59%
2014.Q1	6.886,76	3.674,56	26,66%	3.212,20	23,31%
2015.Q1	8.918,75	3.062,43	20,66%	5.856,32	39,50%
2016.Q1	10.602,04	2.851,66	18,31%	7.750,38	49,77%
2017.Q1	10.299,35	3.652,59	20,21%	6.646,76	36,78%
2018.Q1	12.514,49	3.519,02	19,40%	8.995,47	49,59%
2019.Q1	13.762,32	4.224,20	21,33%	9.538,11	48,17%

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE

A partir da Tabela 9 é fácil observar que houve significativa expansão no estoque da dívida pública no período selecionado, comparando o estoque da Dívida Consolidada (DC) no primeiro quadrimestre de 2012 com o ano vigente, temos um crescimento nominal de 165,57%. Por sua vez, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) cresceu 287,23%, enquanto o ativo disponível líquido apresentou crescimento de 55,36%.

Considerando a proporção DCL/RCL, temos que o resultado que era de 20,75% em 2012, saltou para 48,17% em 2019, com um pico de 49,77% em 2016. Portanto, é possível afirmar que o grau de endividamento do Ceará se alterou de forma significativa nos últimos anos, sendo tal afirmação evidenciada pelo aumento no estoque da DCL, bem como por sua proporção em relação a RCL.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou diversos indicadores fiscais do estado do Ceará. A situação é de controle fiscal, muito embora as restrições orçamentárias tenham se acentuado, e o cenário econômico não inspire otimismo na retomada do crescimento no país;

Na comparação direta com o primeiro quadrimestre de 2018 o montante de receitas correntes auferidos pelo Ceará teve crescimento real de 5,78%. Os dois principais componentes das receitas correntes, a saber: ICMS e FPE apresentaram crescimento de 5,06% e 5,03%, respectivamente.

Acerca das despesas correntes do Ceará, muito embora exista uma tendência política de reduzi-las sem levar em consideração a relação custo-benefício, houve um acréscimo real de 1,73% em relação ao quadrimestre bimestre de 2018. Observando o comportamento dos componentes da referida rubrica, temos que os gastos com juros e encargos da dívida cresceram em 20,64%, enquanto que os gastos com pessoal e encargos sociais foram expandidos em 3,91%, considerando valores reais. Apesar da elevação nos gastos com pessoal o Ceará tem cumprido todos os limites estabelecidos pela LRF para a despesa, ficando o percentual da relação Despesa com Pessoal X Receita Corrente Líquida, abaixo do limite de alerta.

Em termos de resultado primário, o resultado oficial cearense indica superávit de R\$ 1,87 bilhão no primeiro quadrimestre de 2019, ao desconsiderarmos as deduções permitidas pela LDO, o resultado primário é superavitário em R\$ 1,7 bilhão.

Acerca da gestão da dívida pública, o resultado nominal para o período analisado indica redução de R\$ 1,42 bilhão no estoque da DCL. Ainda sobre a gestão da dívida é interessante observar o comportamento do indicador dívida consolidada líquida sobre receita corrente líquida. O Ceará apresenta desempenho muito abaixo do limite de 200%.

Tendo em vista todas as informações aqui detalhadas, é possível afirmar que se deve buscar uma recuperação das receitas, tendo em vista o caráter inflexível de grande parcela das despesas correntes. Dessa forma, é preciso que existam ações que visem melhorar o desempenho da administração tributária. Além disso, é necessário avaliar e eliminar, se for caso, incentivos e benefícios ao setor privado, além de rever a legislação tributária, adequando a real capacidade dos contribuintes de pagarem os tributos estaduais.

No Ceará, especificamente o ICMS cobrado com base na carga líquida, esta carga deve adequar a margem de lucro fiscal à margem de lucro contábil, ou seja, a margem de lucro do mercado. No exercício de 2018, conforme artigo publicado na Revista Panorama Fiscal nº 22, o Estado do Ceará deixou de arrecadar R\$ 2,4 bilhões de ICMS, por não ter feito o ajuste da margem de lucro fiscal à contábil.

Caso não ocorram esta e outras medidas legais para aumentar a arrecadação, é inevitável que o ajuste ocorra pela diminuição do nível de investimentos, o que seguramente trará grande prejuízo para o desenvolvimento do Estado, prejudicando a sociedade cearense.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. **Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária**, 2001 a 2018. Disponível em: http://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/financas_publicas/gerados/lrf.asp>. Acesso em: 01 de março de 2019.

ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. **Estatísticas Mensais**. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/24/2019/07/01-CVLI-Estat%C3%ADsticas-Mensais.pdf>>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Saúde. **Sistema de Informação sobre Mortalidade**. Disponível em: <https://www.saude.ce.gov.br/tabnet-ceara/sim/>>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Saúde. **Sistema de Informação de Nascidos Vivos**. Disponível em: <https://www.saude.ce.gov.br/tabnet-ceara/sinasc/>>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Educação. **Avaliação e Acompanhamento - SPAECE**. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/ensino-medio/>>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas – Cidades e Estados**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Rede Interagencial de Informações para a Saúde. **Fichas de Qualificação da RIPSA**. Disponível em: http://fichas.ripsa.org.br/2012/c-1/?l=-pt_BR>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

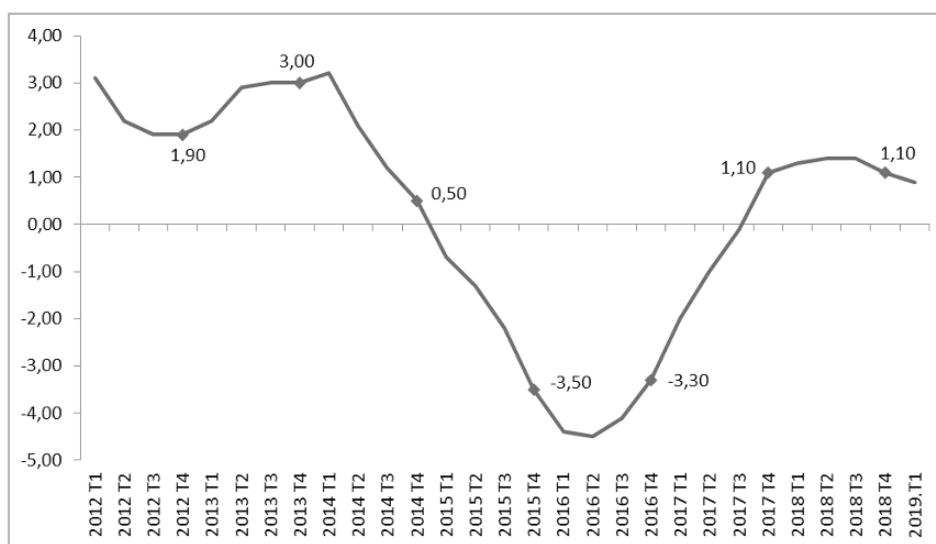
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores Educacionais**. Disponível em: <http://inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

APÊNDICE I

De modo a contextualizar o desempenho fiscal do Ceará nos últimos anos, a seguir serão apresentados alguns gráficos e tabelas evidenciando o desempenho econômico do Brasil e do Ceará no período recente.

O gráfico abaixo apresenta o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro a partir de 2012 no acumulado em 4 trimestres. Nota-se que a partir de meados de 2014 o produto começa a cair e só volta a apresentar variação positiva no acumulado do ano de 2017, quando foi de 1,1%. Entre o segundo trimestre de 2018 e primeiro trimestre de 2019, a variação foi de 0,9%.

Gráfico A1 – Variação do PIB do Brasil acumulada em 4 trimestres – 1º trimestre de 2012 a 1º trimestre de 2019 (Valores em percentual (%))



Fonte: elaboração própria com dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE).

Outro indicador importante da atividade é o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC). O próximo gráfico compara o desempenho do IBC do Brasil com o IBC Regional (IBCR) do Ceará de janeiro de 2012 a abril de 2019. Percebe-se que o Ceará teve crescimento um pouco mais fraco que do Brasil até a primeira metade de 2014, e a partir daí passou a apresentar variações levemente superiores a do Brasil.

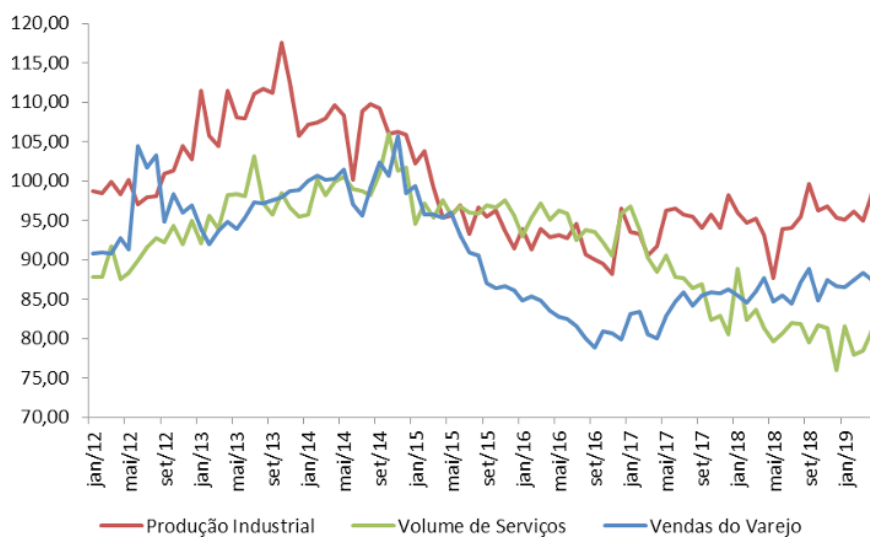
**Gráfico A2 – IBC-BR e IBCR-CE – Índice dessazonalizado –
Janeiro de 2012 a abril de 2019**



Fonte: elaboração própria com dados do Sistema Gerador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil (SGS/BCB).

A nível um pouco mais detalhado, os índices que medem a atividade da indústria, do setor de serviços e das vendas do varejo ampliado do Ceará, resultados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) e da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) mostram que tanto o setor industrial quanto o de serviços, bem como o comércio varejista, ainda se encontram em níveis inferiores aos de 2012.

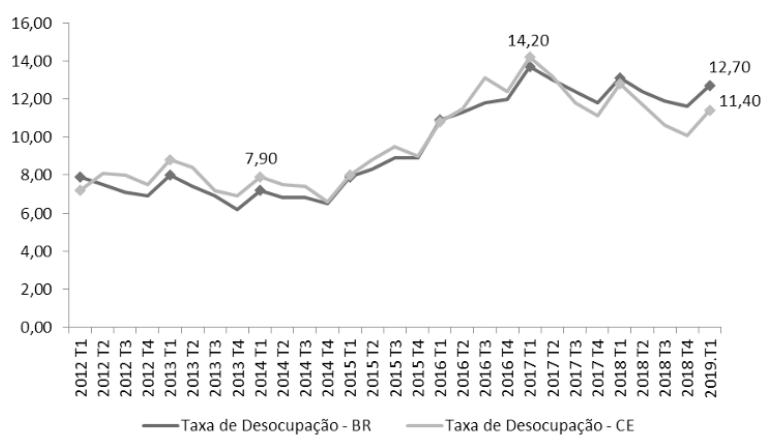
**Gráfico A3 – Produção Industrial, Volume de Serviços e Vendas do Varejo do
Estado do Ceará (dessazonalizados) – Janeiro de 2012 a abril de 2019**



Fonte: elaboração própria com dados extraídos do Sistema Gerador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil (SGS/BCB).

Quanto ao desempenho do mercado de trabalho do Ceará e do Brasil, os dados mostram que os níveis de emprego de ambos flutuam bastante próximos. Até o quarto trimestre de 2015 a taxa de desocupação, tanto do Ceará como do Brasil, se manteve abaixo dos 10%. A partir do primeiro trimestre de 2016 a barreira dos dois dígitos é rompida e se mantém desde então. O pico da taxa de ambos é atingido no primeiro trimestre de 2017, com 13,70%, para o Brasil e 14,20% para o Ceará. No primeiro trimestre de 2019, os percentuais foram de 12,70% e 11,40%, respectivamente.

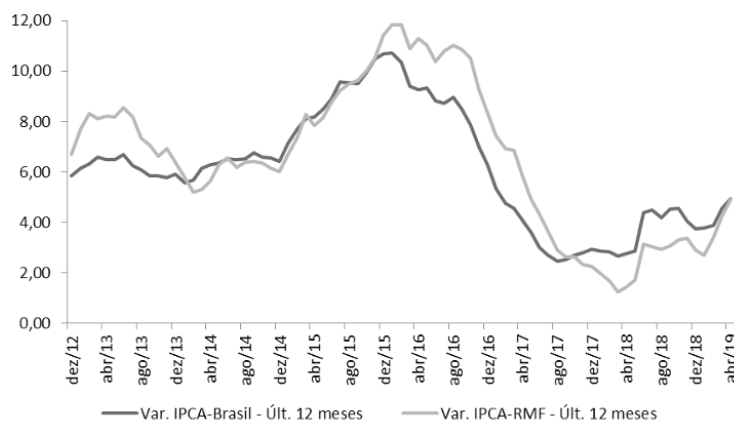
Gráfico A4 – Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade – 1º trimestre de 2012 a 1º trimestre de 2019 (Valores em percentual (%))



Fonte: elaboração própria com dados do Sistema Gerador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil (SCS/BCB).

Apesar da taxa de desemprego se manter em patamares elevados, o nível de inflação permanece baixo para os padrões históricos brasileiros. O gráfico abaixo exibe o comportamento da variação em 12 meses do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o Brasil e para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) a partir de 2012.

Gráfico A5 – Inflação Acumulada em 12 meses – Brasil e RMF – Janeiro de 2012 a abril de 2019 (Valores em percentual (%))

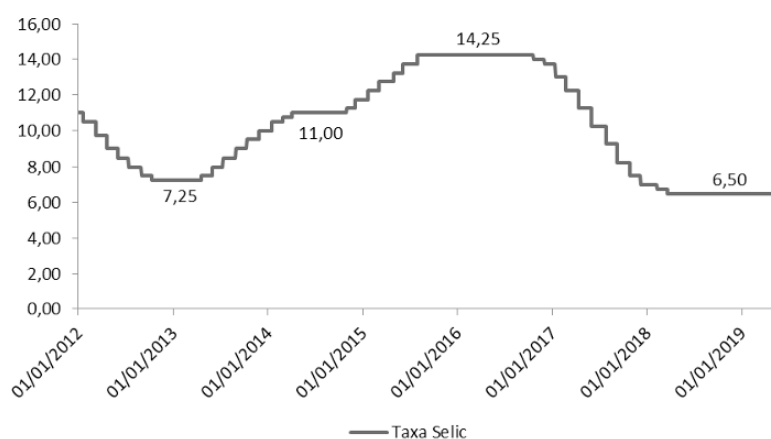


Fonte: elaboração própria com dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE).

Variável de bastante influência sobre os indicadores apresentados até agora, a taxa básica de juros da economia, Selic, apresentou crescimento de abril de 2013 até julho de 2015, quando alcançou um pico de 14,25%. Em outubro de 2016 iniciou-se o processo de redução, e em março de 2018 atingiu a mínima histórica de 6,50%, onde permanece até o momento da redação deste texto.

Gráfico A6 – Taxa Selic definida pelo Copom – 01/01/2012 a 31/5/2019

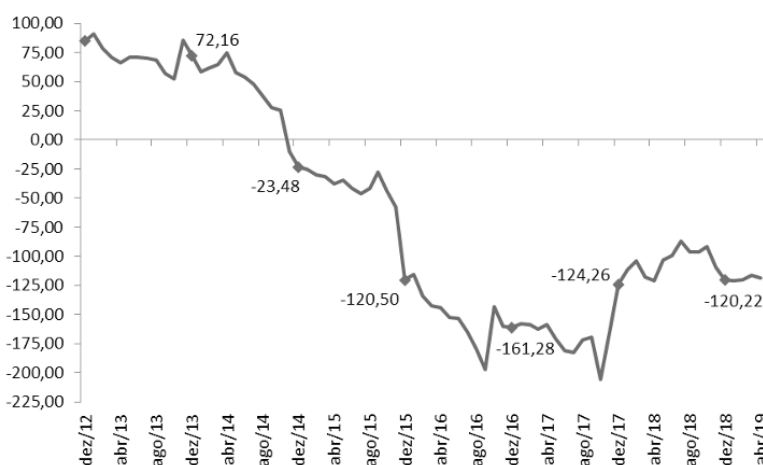
(Valores em percentual (%)).



Fonte: elaboração própria com dados do Banco Central do Brasil (BCB).

Um indicador relevante para medir o equilíbrio fiscal de um ente é seu Resultado Primário. O gráfico a seguir evidencia os sucessivos déficits primários que o Governo Central passou a apresentar a partir de 2014.

Gráfico A7 – Resultado Primário do Governo Central acumulado em 12 meses (acima da linha) – Janeiro de 2012 a abril de 2019 (Valores correntes em R\$ bilhões)



Fonte: elaboração própria com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) extraídos do Sistema Gerador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil (SGS/BCB).

APÊNDICE II

GLOSSÁRIO

Amortizações: pagamento total ou parcial do principal da dívida pública.

Balanco Orçamentário: demonstrativo contábil regulamentado pela Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) em que se apresentam as receitas e despesas previstas e despesas fixadas, suas execuções e o resultado orçamentário do período.

Convênios: receitas recebidas de terceiros para aplicação em despesas correntes ou de capital.

Despesa com Pessoal: seu conceito é definido no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, onde estão enumerados os somatórios dos gastos do ente da federação com os ativos, os inativos e os pensionistas.

Despesa Corrente: aplicação de recursos públicos na realização de gastos necessários à manutenção e ao funcionamento de serviços públicos já existentes.

Despesas de Capital: despesas destinadas a atender investimentos, criação de novos serviços, inversões financeiras e amortizações da Dívida Pública.

Disponibilidade de Caixa: recursos financeiros disponíveis, incluindo as aplicações financeiras.

Dívida Consolidada: são os empréstimos contraídos pelo Estado em longo prazo mais os títulos de capitalização de recursos emitidos pelo Estado.

Dívida Consolidada Líquida: empréstimos de longo prazo menos os recursos financeiros disponíveis, deduzidos das obrigações de curto prazo. O resultado são as obrigações líquidas que o Estado tem com terceiros.

Encargos Sociais: custos incidentes sobre a folha de pagamentos de salários.

Fundo de Participação dos Estados (FPE): são transferências de recursos para os Estados e o Distrito Federal previstas na Constituição Federal relativas à parte do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Inversões Financeiras: despesas de capital com aquisição de imóveis, de bens de capital, já em utilização, aquisição de títulos representativos de capital de entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando tal, constituição não importe em aumento de capital, constituição ou aumento de capital de entidades que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações de crédito bancárias ou de seguros.

Investimentos: despesas de capital necessárias ao planejamento e à execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos, constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Juros e Encargos da Dívida: são os recursos destinados ao pagamento dos encargos financeiros da dívida consolidada.

Operações de Crédito Externas: empréstimos adquiridos pelo Estado no mercado externo, ou seja, fora do país.

Operações de Crédito Internas: empréstimos adquiridos pelo Estado no mercado interno, ou seja, dentro do próprio país.

Quociente do Equilíbrio Orçamentário: razão resultante da divisão entre a previsão inicial da receita e a dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e a fixação constante da Lei Orçamentária Anual.

Quociente de Execução da Despesa: indicador que examina a relação entre as despesas fixadas e as despesas realizadas. É resultante da relação entre a despesa executada e dotação atualizada.

Quociente de Execução da Receita: indicador que mede a eficiência da previsão de arrecadação dos entes públicos e é obtido da relação entre a receita realizada e a previsão atualizada da receita.

Quociente da Execução Orçamentária Corrente: divisão entre a receita corrente e a despesa corrente que mostrará se houve superávit ou déficit orçamentário no período.

Quociente do Resultado Orçamentário: a relação entre a receita arrecadada e a despesa realizada demonstrando se houve superávit ou déficit orçamentário no período. Se a receita for maior que a despesa haverá superávit orçamentário, se ocorrer o contrário haverá déficit.

Receitas de Capital: receitas arrecadadas provenientes de operações de créditos, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos, transferências financeiras para aplicação em despesas de capital e outras fontes de recursos destinados a atender despesas de novos serviços a serem criados.

Receitas de Contribuições: contribuições sociais e econômicas. As contribuições sociais são aplicadas em despesas com saúde, assistência e previdência. As contribuições econômicas são aplicadas em despesas constantes no orçamento fiscal.

Receitas Correntes: receitas destinadas a manter a máquina pública, compondo um importante instrumento de financiamento dos programas voltados às políticas públicas.

Receita Corrente Líquida: receita corrente deduzida das transferências constitucionais a outros entes da Federação e da aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Receita Derivada: receitas arrecadadas pelo Estado através do seu poder soberano. São exemplos de receitas derivadas os tributos e as contribuições. Todos definidos em Lei.

Receitas Originárias: receitas arrecadas pelo Estado através de sua atividade comercial, industrial ou prestação de serviços, além de rendimentos do seu patrimônio: alugueis e rendimentos de aplicações financeiras.

Receita Patrimonial: receita resultante da exploração do patrimônio do Estado, não possuindo caráter tributário.

Receitas Primárias Correntes: receitas correntes deduzidas dos juros de aplicações financeiras.

Receita Pública: recursos arrecadados pelo Estado, provenientes de receitas próprias e transferências constitucionais ou não, com a finalidade de custear despesas tais como educação, saúde, segurança, meio ambiente, dentre outras, bem como as despesas com investimentos destinados a novos serviços para atender às necessidades da sociedade.

Receita Tributária: receitas que o Estado obtém resultantes da arrecadação dos tributos.

Rendimento de Aplicações Financeiras: espécie de receita patrimonial formada pelos juros das aplicações no mercado financeiro.

Resultado Nominal: variação da dívida do Estado de longo prazo.

Resultado Primário: diferença entre as receitas primárias e despesas primárias que servirão para pagamento da dívida consolidada.

Resultado do Orçamento de Capital: divisão entre a receita de capital e a despesa de capital.

Transferências Correntes: recursos financeiros recebidos de outros entes federativos, de natureza constitucional ou legal, para aplicar em despesas correntes e de capital.

APÊNDICE III

NOTAS METODOLÓGICAS

1. Alguns relatórios contábeis utilizados para elaboração deste ensaio apresentam as despesas públicas em dois estágios: despesa empenhada e despesa liquidada. Objetivando padronizar a exposição e considerando que as despesas são computadas pelo empenho (Art. 35, inciso II, da Lei nº 4.320/1964), este ensaio, salvo menção explícita em contrário, utiliza as despesas empenhadas.

2. A capacidade de investimentos com recursos próprios, especificada na Tabela 8, foi estimada pelas seguintes expressões:

$$\text{ResPCor} = \text{RecPrimCor} - \text{DesPrimCor}$$

Onde: $\text{ResPCor} = \text{Resultado Primário Corrente}$

$$\text{RecPrimCor} = \text{Receita Primária Corrente}$$

$$\text{DesPrimCor} = \text{Despesa Primária Corrente}$$

$$S = \text{ResPCor} + \text{ApIFin} - \text{ServDiv}$$

Onde: $S = \text{Capacidade de Investimento com Recursos Próprios}$

$$\text{ResPCor} = \text{Resultado Primário Corrente}$$

$$\text{ApI} = \text{Rendimento de Aplicações Financeiras}$$

3. O cálculo do percentual do investimento realizado com recursos próprios, especificado na Tabela 9, foi estimado como resíduo pela seguinte expressão:

$$\text{InvRPro} = \frac{\text{Inv} - \text{ConvCap} - \text{OpCred} - \text{OutRecCap}}{\text{Inv}}$$

Onde: $\text{InvRPro} = \text{Percentual do Investimento com recursos próprios}$

$$\text{Inv} = \text{Investimento}$$

$$\text{ConvCap} = \text{Receitas de Capital de Convênios}$$

$$\text{OpCred} = \text{Operações de Créditos contratadas}$$

$$\text{OutRecCap} = \text{Outras Receitas de Capital}$$

Realização:



Apoio:

